

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



EDIÇÃO ESPECIAL

Tiragem desta edição **26.000** exemplares

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015/2017

FAEP

AÇÕES 2017

SENAR-PR

sistemafaep.org.br



Os últimos três anos foram de muito trabalho. Enfrentamos problemas políticos, econômicos, climáticos, paralisação das obras de infraestrutura em função da situação econômica e uma infinidade de outras dificuldades. Mesmo assim, nesse período o agronegócio fez a diferença para que a crise financeira enfrentada não fosse maior. Graças ao protagonismo do campo, agora caminhamos para retomar o crescimento do país o mais rápido possível.

Tivemos safras excelentes e aumento constante da produtividade, mas nem sempre isso resultou em aumento da rentabilidade dos produtores. A agropecuária se preocupa cada vez mais com a sustentabilidade da propriedade, que tenha uma boa gestão para que seja economicamente viável e que haja conservação ambiental. Tudo isso de modo que o produtor rural continue contribuindo para que, socialmente, façamos a diferença.

Pensando assim, este relatório traz nas próximas páginas, de forma sucinta, as principais ações realizadas de 2015 a 2017. São iniciativas e

programas de suma importância. Entre elas a execução do novo Código Florestal, a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA); ações cobrando políticas públicas e agrícolas e outras visando a melhoria do sistema de seguro rural, capacitações e conscientização; sem perder de vista ainda a busca pelo desenvolvimento de atividades e do zelo com a defesa da sanidade agropecuária.

Contabilizamos alguns êxitos para o setor nesse período, como a Lei da Integração, conquista obtida após anos de luta. Hoje a nova norma está mudando a relação entre setor produtivo e indústrias. Nessa direção também comemoramos a aprovação da Lei da Terceirização, que atua na redução da insegurança jurídica que tanto assola produtores rurais brasileiros.

Demos continuidade a programas que consideramos estruturantes para a produção agropecuária, como o ProSolo. A proposta está resgatando técnicas conservacionistas de modo a, novamente, fazer do Paraná um exemplo em prol da

manutenção do solo e da água para as futuras gerações de produtores.

Outra iniciativa que promove o desenvolvimento e serve de inspiração a todos os brasileiros é o Pecuária Moderna. O programa tem trabalhado para que o Estado ofereça carne de qualidade, agregando valor à cadeia e ao produto paranaense.

A Rede Paranaense de Agropesquisa também é destaque. Sua busca por trabalhar a pesquisa de forma aplicada, aproximando a academia da realidade do campo, tem obtido resultados notáveis e ajudado a segurar o agronegócio do Estado firme nos trilhos do desenvolvimento.

Este material é uma síntese do esforço coletivo de nossos técnicos, sindicatos e diretoria, que trabalham lado a lado com os produtores rurais dia após dia. Chegamos até aqui juntos e orgulhosos do que construímos e seguimos edificando: um agronegócio cada vez mais forte e produtivo.

Ágide Meneguette

Presidente do
Sistema FAEP/SENAR-PR



EXPEDIENTE

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa

Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Relatório de Atividades FAEP | Ações SENAR-PR

Textos: André Amorim, Antonio Senkovski e Carlos Guimarães Filho | **Edição e Revisão:** Assessoria de Comunicação Sistema FAEP/SENAR-PR | **Fotos:** Arquivo Sistema FAEP/SENAR-PR e Fernando Santos | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei | **Jornalista Responsável:** Cynthia Calderon | **Fontes de Consultas:** Boletins Informativos do Sistema FAEP/SENAR-PR, Departamentos Técnico Econômico, Sindical, Jurídico e Gerência Técnica SENAR-PR **Contato:** imprensa@faep.com.br



ÍNDICE



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015/2017

08



AÇÕES 2017

48





**FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ**



Os últimos três anos foram marcados por um cenário de turbulências econômica e política. Embora os fatos ocorridos tenham abalado os brasileiros, principalmente no que toca às crises econômica e moral, foram anos que permitiram mudanças estruturais na vida do produtor rural. A FAEP tomou para si o papel de ser um dos protagonistas nesse momento crucial. Foi um período no qual tivemos a oportunidade de usar de toda a nossa capacidade de organização e mobilização para ajudar na construção do alicerce de um futuro promissor.

Um dos destaques da nossa atuação nesse período foi a participação ativa em um impeachment, acontecimento fundamental para que fossem retomados os trilhos do desenvolvimento do país. A instituição levou 1,5 mil produtores e lideranças a Brasília para um protesto que iniciou a série de manifestações que resultou na saída da ex-presidente Dilma Rousseff. Para marcar posição sobre o que era a melhor escolha para o país naquele momento, assinamos um Manifesto de Confiança ao Governo Brasileiro ao presidente Michel Temer. Nossa intenção nesse processo, necessário e histórico, foi direcionar o olhar para o que precisava ser prioridade: iniciar uma nova etapa na reconstrução do país.

Genebra

Na crise, o agronegócio foi o setor que manteve a geração de empregos enquanto o restante da economia ruiu. E junto com esses bons efeitos, na parte de leis e representatividade, colhemos resultados inéditos. Pela primeira vez na história, uma liderança rural teve espaço para discursar na Organização das Nações Unidas (ONU). O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, liderou a delegação brasileira de entidades patronais na 106ª. Assembleia Geral da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), e discursou durante o evento, que aconteceu em Genebra, na Suíça, de 5 a 16 de junho de 2017.





Trabalho

No Brasil, também há motivos para comemorar nas relações de trabalho formal estabelecidas. A modernização da legislação trabalhista trouxe maior segurança jurídica ao produtor rural. Embora ainda possa sofrer alterações, se mantida, a reforma trabalhista vai beneficiar o país, destravar vínculos entre empregados e empregadores e criar mais postos de trabalho. Um tema amplamente defendido pela FAEP por beneficiar a relação de trabalho no campo, que tem peculiaridades tão diversas do urbano, e que precisam ser levadas em consideração.

Terceirização

Outra medida defendida pela Federação, e que levou uma década de discussão, foi a Lei nº 13.429/17 que permite a terceirização das atividades-fim e veio para regulamentar as atividades nas propriedades, levando em consideração as diferenças do campo em relação a cidade. A FAEP saiu em defesa da Lei da Terceirização por entender o benefício que ela traz para a vida do produtor rural e para a economia do país.

Funrural

O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) causou polêmica com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em março de 2017, de considerar constitucional a cobrança da contribuição dos empregadores rurais para o fundo. O recolhimento da quantia estava suspenso desde 2011 por uma decisão da Justiça Federal. A FAEP participou de forma incisiva das discussões, inclusive da audiência pública conjunta das comissões de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado, em maio do mesmo ano, em Brasília. Na ocasião, produtores defenderam a revisão da decisão do STF.

FAEP
FEDERAÇÃO AMPLA
DO ESTADO DO PARANÁ



Mapa

A FAEP acompanhou e cobrou ações estratégicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Já na primeira visita ao Paraná, a Federação entregou um documento com propostas indispensáveis para as políticas públicas para dez áreas temáticas do agronegócio. Só assim vamos seguir com eficiência na agropecuária, o que tem permitido sustentarmos o país, mesmo na pior crise da história do Brasil. Outro ponto de destaque nesse aspecto foi quando a Federação atuou com diversas entidades, no Ministério da Agricultura, com o Plano Agro + para seguir com a missão de impulsionar o agronegócio brasileiro.

Finanças Públicas

Na esfera estadual, a FAEP teve coragem de se posicionar em temas espinhosos, como a necessidade de que o Paraná equilibrasse suas finanças e enfrentasse o custo do funcionalismo público. A Federação alertou que só assim os paranaenses teriam condições de receber investimentos em obras e projetos determinantes para o desenvolvimento do setor produtivo e para a geração de empregos. Apesar de o posicionamento não ter sido popular em um primeiro momento, o resultado teve impacto positivo. Para termos a prova, basta olhar que mesmo com a crise que assola outros Estados brasileiros e o governo federal, o Paraná continua sua caminhada dentro de um planejamento adequado.

Programas

Em meio ao turbilhão de incertezas que assolou o país, não perdemos de vista nossa vocação de agir no presente para seguirmos uma trajetória com destino à excelência. Em todo o triênio, a Federação foi parceira do Governo do Estado em diversos programas como Pecuária Moderna, Prosolo, Plante seu Futuro, entre outros. Essas iniciativas estão em andamento e trazem um retorno de valor inestimável às atuais e futuras gerações do Paraná.

Prosolo

Outro trabalho realizado em parceria é o Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo), que completou um ano em agosto de 2017, prazo para adesão voluntária ao programa. Neste período, a FAEP participou de ações de promoção e apoio do programa de desenvolvimento agrícola sustentável e de conscientização sobre a retomada de técnicas conservacionistas. Entre elas, a formação de especialistas e a permanente capacitação de profissionais e agricultores nas estratégias técnicas, tecnologias e práticas de conservação do solo.

Em 2017, o Sistema FAEP/SENAR-PR participou de uma série de reuniões pelo Estado para divulgação do Prosolo. Os eventos reuniram mais de 3 mil pessoas em sete cidades. Ainda, o SENAR-PR capacitou centenas de técnicos em diversas regiões do Estado.

O principal objetivo do programa é resgatar as práticas conservacionistas no Paraná, sensibilizando e mobilizando o produtor para o controle de processos erosivos do solo e de degradação dos cursos d'água. O Prosolo está baseado em



FAEP
FEDERAÇÃO AGRÁRIA
DO ESTADO DO PARANÁ



quatro estratégias de desenvolvimento: capacitação; pesquisa e formação aplicada; análise e recomendações de alteração de legislação; e sensibilização do produtor rural.

● Rede Paranaense de Agropesquisa

A tecnologia isolada no ambiente acadêmico não tem poder de transformar o campo. A Rede Paranaense de Agropesquisa tem justamente o propósito de trabalhar a pesquisa aplicada, aproximando o estudo científico da realidade do produtor. Uma das suas vertentes, por exemplo, é desenvolver trabalhos acadêmicos com base em áreas de manejo e conservação de solo. Em uma primeira fase foram 35 projetos aprovados de sete mesorregiões do Estado, selecionados pela comissão executiva da Fundação Araucária. Como parte das atividades, os pesquisadores participaram do 1º. Seminário da Rede Estadual de Pesquisa em Manejo e Conservação de Solo e Água, realizado em outubro de 2017, em Curitiba. Na ocasião ficou claro o grande potencial de ações transformadoras, cujas possibilidades de realização foram abertas pelo programa.



● Pecuária Moderna

O Programa foi criado em parceria com diversas instituições relevantes à cadeia da carne bovina, além de agentes financeiros e instituições de ensino e pesquisa. O objetivo é transformar a produção bovina paranaense em 10 anos, aumentando a renda dos pecuaristas do Estado pela agregação de valor e profissionalização da atividade.

Para tanto, têm sido realizados eventos técnicos em todo estado, promovendo a transferência de tecnologias e acesso à informação, sejam eles traduzidos em palestras, dias de campo ou visitas técnicas. O Programa é gerido por um Comitê multidisciplinar, que se reúne mensalmente em Curitiba para acompanhar sua implantação e delinear ações em prol da atividade.

Em 2015, foram criados 17 comitês regionais em regiões estratégicas do Estado, responsáveis pela organização dos pecuaristas em nível local. Entre suas atribuições, está o cadastro de propriedades que almejam melhorar a produção e conquistar rentabilidade mais satisfatória. Até 2017 foram cadastradas 124 propriedades, compreendendo área de 37,7 mil ha das quais 21,4 mil ha são voltados a pastagens que alojam 55,6 mil cabeças.

Febre Aftosa

Ainda na pecuária, a FAEP também tem defendido, nos últimos anos, a antecipação do fim da obrigatoriedade da va-

FAEP
FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
DO ESTADO DO PARANÁ





FAEP
FUNDACÃO DE APOIO À
PRODUÇÃO ANIMAL
ESTADO DO PARANÁ



cinção contra febre aftosa. A intenção é fortalecer a cadeia produtiva não somente de bovinos, mas de todas as proteínas animais. Em 2017, o assunto voltou com força com o manifesto “Por um Paraná Livre de Febre Aftosa sem Vacinação”. O documento foi assinado por mais de 500 pecuaristas e instituições ligadas ao agronegócio pedindo agilidade no processo. O pleito foi entregue em mãos ao governador do Paraná, Beto Richa, pela FAEP e Ocepar.

● Cadecs

A aprovação da Lei nº 13.288/16, conhecida como “Lei da Integração”, foi outra grande conquista do produtor, com participação ativa da FAEP. Foram anos de luta em sua defesa. A partir dessa vitória, iniciamos o trabalho de criação e mobilização das Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs), previstas na nova legislação. Desta forma, as negociações entre produtores integrados e agroindústrias integradoras são mais transparentes e equilibradas.

O Paraná conta com 42 unidades agroindustriais nas cadeias de suínos e aves, distribuídas por praticamente todas as regiões do Estado. Deste total, 20 unidades, ou 48%, contam com Cadecs ativas e outras duas estão na fase de implementação. Para oferecer apoios técnico, político e jurídico nas negociações nas localidades de cada uma dessas estruturas, a FAEP lançou o Núcleo de Cadecs do Paraná, em agosto de 2017.

Com as Cadecs constituídas, a FAEP iniciou um Plano de Capacitação de seus integrantes de modo a treiná-los para uma atuação mais efetiva nas reuniões com as agroindústrias. Em 2017 foram 50 pessoas capacitadas no módulo Noções jurídicas aplicadas aos contratos de integração (8 horas). Os outros módulos irão ocorrer em 2018.

● Viagens Técnicas Internacionais

O Sistema FAEP/SENAR-PR organizou, em 2017, quatro viagens técnicas à Europa. Em cada uma delas foi possível conhecer modelos e exemplos de produção de energias renováveis. Isso se tornou especialmente importante com a substituição da Resolução nº 482/12 pela nº 687/15, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Essa modificação permite o consumo remoto, a geração compartilhada por meio de cooperativas e consórcios e, o principal, abre a possibilidade de injetar energia excedente na rede gerando créditos. O objetivo do Sistema FAEP/SENAR-PR foi fomentar o debate considerando que Paraná tem grande potencial para a produção de biogás.



O Estado, principalmente na região Oeste, tem o maior rebanho de suínos do Brasil, e poderia otimizar a geração de energia com uma destinação correta para os dejetos animais, gerando economia. Ao todo 142 pessoas integraram as quatro delegações, entre técnicos, produtores rurais, líderes sindicais, secretários de Estado e representantes de órgãos governamentais, de instituições privadas e de empresas de energia. As comitivas percorreram cerca de 2,5 mil quilômetros cada e passaram por 22 cidades da Alemanha, Áustria e Itália, países que são referências na exploração do biogás e de energias eólicas e fotovoltaicas. As visitas foram amplamente divulgadas no Boletim Informativo e resultaram num impresso especial sobre o tema, veiculado em novembro, com tiragem de mil exemplares.

Meio Ambiente

Meio ambiente é um dos temas que demanda cada vez mais atenção de técnicos e da diretoria da FAEP, principalmente com a aprovação do Código Florestal atual (Lei nº 12.651/12). Com a nova norma ficou instituído o Cadastro Ambiental Rural (CAR), um registro eletrônico obrigatório que integra as informações ambientais sobre as propriedades rurais. Desde então a FAEP tem concentrado esforços para a sua realização.

Junto com o SENAR-PR, a Federação participou de um esforço coletivo de mobilização dos produtores rurais para a realização do CAR, com esclarecimentos sobre as consequências do não cumprimento da legislação.

Muitos produtores não haviam realizado seus respectivos cadastros, embora a data limite fosse 5 de maio de 2016. Com essa situação, a FAEP solicitou a prorrogação do prazo para a realização do cadastro e conseguiu mais um ano.

Apesar de ter o pedido atendido, a demora no anúncio da prorrogação resultou em muitos erros de cadastro realizados de última hora. Inicialmente, a prorrogação atendia somente as propriedades com até quatro módulos fiscais (no Paraná, em média 72 hectares).

Mais uma vez, a FAEP atuou para sensibilizar o governo enviando ofício ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) solicitando que o benefício fosse estendido para todos. A solicitação foi atendida em junho com a Lei Federal nº 13.295/16, que prorrogou o prazo para todas as propriedades até 31 de dezembro de 2017.

Novamente em 2017, a FAEP solicitou nova prorrogação do prazo para preenchimento do CAR e adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). O documento aponta as dificuldades de acesso a plataforma do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) que, desde o início de novembro, estava travando impedindo que produtores rurais realizassem sua



inscrição. Além disso, havia os produtores que começaram a receber os alertas de inconsistência nas suas declarações. O esforço resultou na nova prorrogação até 31 de maio de 2018.

SICAR

A FAEP também interferiu, junto ao MMA, aos parlamentares da bancada paranaense e à FPA, diante dos inúmeros problemas apresentados pelo Sicar na hora do preenchimento do cadastro.

O site apresentou dificuldades de acesso e na conclusão das operações faltando apenas 10 dias do prazo de encerramento. Com o acompanhamento sistemático das atualizações do Sicar, a FAEP conseguiu identificar erros e registrar ocorrências de perda de dados, que puderam ser corrigidas por uma nova versão do programa.

Capacitação

Com a prorrogação do prazo e a busca para contribuir com o preenchimento dos cadastros, a FAEP iniciou um novo processo de capacitação. Foram 5.210 profissionais envolvidos, entre técnicos, policiais ambientais, funcionários de sindicatos rurais, prefeituras, Emater e Fetaep, profissionais liberais, cartorários e empregados de bancos. Todos receberam treinamento para que estivessem aptos a orientar e ajudar os produtores no preenchimento do CAR. Na segunda fase, quando os produtores rurais começaram a receber notificações e alertas do CAR, foram capacitadas mais 1.363 pessoas.

Correção do CAR

Em sua versão inicial, o Sicar não permitia o cancelamento de cadastros preenchidos de forma errada. Diante da solicitação da FAEP, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) regulamentou a portaria nº 119/16, que definiu os procedimentos administrativos para o cancelamento do CAR, visando correções junto ao Sicar.

Lei Florestal do Paraná

Os técnicos da área ambiental do Estado e a FAEP, ao longo de 2015, discutiram a regulamentação da Lei Estadual nº 18.295/14, que normatizou o PRA. O debate permitiu a adequação dos imóveis rurais do Estado ao novo Código Florestal Brasileiro e a revisão das portarias que não se enquadravam à Lei Federal nº 12.651/12.



● Decreto Estadual do Programa de Regularização Ambiental

A FAEP participou ativamente da construção do Decreto Estadual nº 2.711/15, que implantou o PRA, regulamentando a Lei Estadual nº 18.295/14. A elaboração do Decreto contou com a participação das secretarias de Meio Ambiente, Agricultura, Casa Civil e do IAP, além da contribuição decisiva do setor produtivo, representado pela FAEP e pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar). Para orientar os produtores rurais sobre as normas e definições do Decreto, a FAEP divulgou amplamente o assunto em seus meios de comunicação e na imprensa. Além disso, a FAEP elaborou um encarte especial de orientação e promoveu uma série de videoconferências esclarecendo as principais dúvidas de produtores e sindicatos rurais.



● Termos de Compromisso

Um dos problemas mais sérios que o Decreto nº 2.711/15 resolveu foi com relação aos Termos de Compromisso (TC) assinados com base nas exigências do antigo Código Florestal, revogado em 2012. Os TCs assinados obrigavam os proprietários rurais a implantar Reserva Legal (RL) correspondente a 20% da área da propriedade, além de reconstruir as chamadas Áreas de Preservação Permanente (APPs), matas ciliares e encostas. As dimensões de APPs exigidas pelo antigo Código eram abusivas, chegando a 500 metros à beira de grandes rios. O processo para corrigir esses equívocos foi iniciado com a assinatura pelo governo do Estado do Decreto nº 8.680/13, no qual ficou revogado o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente (Sisleg) e implantado o CAR no Paraná.



Algumas regionais do IAP não aceitaram protocolar os pedidos. A FAEP solicitou a regulamentação da situação. Em agosto de 2017 foi publicada a portaria nº 154 do IAP que estabeleceu o prazo final de 31 de dezembro para a solicitação de revisão. Em dezembro, a FAEP solicitou prorrogação do prazo final para protocolo dos pedidos de revisão dos termos de compromisso. EM função do início do período de recesso do IAP que reduziu o prazo para que proprietários rurais protocolarem o pedido, lembrando que a portaria foi publicada em agosto daquele ano. O pedido foi atendido com a publicação da portaria nº 234 que prorrogou o prazo por 90 dias (31 de março de 2018).

Averbação de Reserva Legal

A FAEP solicitou à Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná que a apresentação do CAR fosse documento suficiente para a averbação de RL. Isso está previsto no novo Código Florestal mas, mesmo assim, os cartórios continuaram exigindo a averbação da RL na matrícula do imóvel para qualquer mudança na propriedade rural.

A Corregedoria, por solicitação da FAEP, tinha, em 2014, emitido circular aos cartórios regulamentando o CAR como comprovante único a ser exigido. Mas, em 2016, a corregedoria recuou e passou a exigir a obrigatoriedade da análise e verificação do IAP.

Em parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg), a FAEP solicitou ao Corregedor a expedição de ato normativo buscando orientar os registradores de imóveis do Estado do Paraná. Por meio do ofício nº 127/16, os cartórios de imóveis voltaram a exigir para os desmembramentos, remembramento ou qualquer mudança nas propriedades rurais à averbação da Reserva Legal na matrícula do imóvel. Diante disso, a FAEP solicitou, em ofício, a impugnação dos termos apresentados pelo IAP.

Em dezembro de 2017, o Tribunal de Justiça do Paraná publicou decisão que reforça que os cartórios devem seguir os procedimentos que constam na Lei 12.651/12, na Lei Estadual nº 18.295/14 e no Decreto Estadual nº 2.711/15.

Informativo e Videoconferências

Em 2017, diante da aproximação do encerramento do novo prazo para o preenchimento do CAR e adesão ao PRA, a FAEP realizou uma série de ações para ajudar o produtor rural com relação ao assunto. Produzimos uma cartilha de orientação aos procedimentos para esclarecer os principais questionamentos sobre os temas. O material foi distribuído a todos os parceiros e sindicatos rurais. Também foram realizadas 12 videoconferências com a participação total de 110 sindicatos rurais e reuniões presenciais voltadas a funcionários dessas instituições, que prestam serviços aos produtores.

Zoneamento Ecológico-Econômico

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é acompanhado de perto pela FAEP. A ferramenta pretende ser uma referência na hora de planejar e ordenar o território brasileiro, harmonizando suas relações econômica, social e ambiental. A FAEP solicitou à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos



FAEP
FUNDAÇÃO AMBIENTAL
DO ESTADO DO PARANÁ





(Sema) a criação de um grupo de trabalho para rediscutir o ZEE. Também sugeriu ações para implantar essa ferramenta no Estado antes de submeter o projeto novamente a audiências públicas.

Em julho de 2015, os pontos de conflito foram discutidos com a comissão executora, com a participação de 15 técnicos. E em agosto, a FAEP havia solicitado, por meio de ofício, diversas modificações importantes, como a restrição do uso de produtos alimentícios para a produção de biodiesel. Também integra o rol de alterações a proposta de que as áreas úmidas que já vinham sendo utilizadas antes de 22 de julho de 2008 fossem consideradas áreas consolidadas. Assim, estas últimas permaneceriam com as atividades vigentes de produção agrosilvopastoril, conforme determina a Lei Estadual nº 18.295/14. Em 2016, a Federação solicitou informações à comissão executora para participação das entidades envolvidas ao Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG), principal responsável pela proposta.

● Legislação de Preservação de Solos

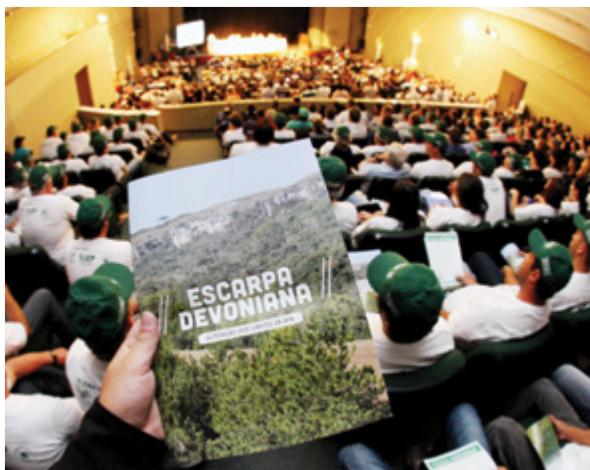
A FAEP fez uma série de sugestões de alterações da Portaria nº 272/14. Este dispositivo trata da fiscalização do cumprimento da legislação paranaense de preservação do solo agrícola pelo seu uso adequado em cumprimento à Lei Estadual nº 8.014/84. Essas normas foram aceitas pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

A necessidade de se rediscutir a Portaria nº 272/14 da Adapar nasceu no estudo do item elaboração do projeto de “Planejamento Conservacionista de Solos e Água”, durante um treinamento-piloto. O curso foi realizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR com 20 técnicos com habilitação para elaboração e execução de projetos de uso, manejo e conservação do solo agrícola.

● Área de Preservação Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana

Desde outubro de 2012, a FAEP participa do Comitê Gestor da Área de Preservação Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana. Em 2004, o plano de manejo do conselho gestor recomendou estudos, para retificar o perímetro da APA, com a retirada das áreas de produção agropecuária.

Além da criação, em março de 1992, da APA da Escarpa Devoniana pelo governo estadual, foi aberto processo de tombamento da APA da Escarpa como patrimônio histórico e natural do Paraná, em 2012, na Secretaria de Estado da Cultura (SEEC).



A Fundação ABC, uma instituição de caráter privado e sem fins lucrativos, realizou o levantamento com imagens de satélite, de uso e ocupação de solo por demanda do IAP. Em novembro de 2016, a Fundação ABC apresentou proposta levando em consideração as sub-microbacias como principal elemento natural e que deve delinear a linha do perímetro da Escarpa Devoniana.

A FAEP acompanhou no dia 10 de março de 2017, no Cine Teatro Ópera, em Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais, audiência pública sobre o projeto de lei que propõe a readequação da APA da Escarpa Devoniana. Participaram aproximadamente mil pessoas.

O projeto foi apresentado pelo deputado Plauto Miró e assinado pelo presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Ademar Traiano, e pelo deputado Luiz Cláudio Romanelli. O texto passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alep e atualmente se encontra na Comissão de Meio Ambiente. O projeto tem sofrido intensa campanha de desinformações, patrocinada por ONG ambientalista.

● Tombamento

A questão mais relevante em relação à APA é que existe um processo de tombamento da “Escarpa Devoniana”, conforme publicado no Diário Oficial de 5 de setembro de 2014. Esse procedimento foi do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (Cepha). A área total a ser tombada é de 246 mil hectares, tendo como referência o perímetro atual da APA. Neste está incluída grande parte dos 12 municípios, desde divisão de rodovias, indústrias e propriedades rurais, trazendo consequências econômicas de dimensões astronômicas.

O setor produtivo não tinha sido consultado a respeito e nem fazia parte do Conselho da APA. A FAEP e as entidades do setor produtivo solicitaram participação nesse processo. Foi então que a Secretaria de Cultura publicou a Resolução nº 0215/15, designando a FAEP como membro participante. No último triênio a Federação apoiou os produtores rurais da região que questionam os limites atuais e o processo de tombamento. Isso porque qualquer alteração que o produtor rural, comerciante, indústria ou mesmo município que esteja dentro da área tombada queira fazer, será necessário pedir autorização ao Cepha.

● Licenciamento Ambiental de Bovinos

A criação de bovinos é uma atividade ou empreendimento sujeito a licenciamento ambiental, conforme a Lei Federal nº



6.938/81 e a Resolução do Conama nº 237/97. No Paraná, a Sema iniciou o processo de regulamentação em 2016, em função dos agentes financeiros estarem solicitando a apresentação de licenciamento ambiental desta atividade nos projetos de investimento. O fato cria restrições, principalmente em planos de fomento à atividade leiteira.

Diante da comprovação de ausência de dados para se discutir os parâmetros técnicos, foi formado um grupo de trabalho. Em agosto de 2016, o IAP se manifestou favorável à solicitação da FAEP e determinou a não exigência do Licenciamento de Bovinos até que fossem estabelecidos os critérios.

A FAEP também organizou visitas técnicas com a participação do grupo de trabalho para que pudessem entender o funcionamento do sistema confinado. Para contribuir com esse debate, a FAEP trouxe o especialista em manejo de dejetos e sua utilização como fertilizante, professor Jorge de Lucas Junior, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) de Jaboticabal, que ministrou palestra. Depois, em 2017, o professor acompanhou as visitas a convite da FAEP. Ele também realizou um dia de imersão com os integrantes do grupo de trabalho para debater aspectos relacionados à produção, manejo e utilização de dejetos.

● Eliminação de BHC

Em 2009, foi sancionada a Lei Estadual nº 16.082, que determinou o prazo de um ano de anistia para que o produtor fizesse a autodeclaração do BHC (Hexaclorobenzeno), ficando isento de multas. A FAEP participou do cadastro e divulgação da campanha para o recolhimento do produto, altamente tóxico. A iniciativa coordenada pela Sema, por meio do Instituto das Águas, permitiu o recolhimento e destinação adequada de mais de 1,2 mil toneladas de BHC.

● Bacias Hidrográficas

A FAEP tem acompanhado as ações dos comitês de bacias hidrográficas, principalmente em relação à cobrança pelo uso da água e do solo dentro delas.

Na Bacia do Paranapanema, a FAEP participou da elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) da Unidade de Gestão, como integrante do comitê, que é formado por 50 representantes dos diversos segmentos de usuários. São representantes do Paraná e São Paulo.

Foram três anos e meio de trabalho, realizado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema e a Agência Nacional de Águas (ANA). Também participaram dessa



força tarefa os Comitês de bacias hidrográficas afluentes ao rio Paranapanema. A entrega do PIRH ocorreu em novembro de 2016.

Diante da queda da Bacia do Tibagi na classificação dos rios menos poluentes nos índices avaliados, foram realizadas duas audiências públicas, em 2015, para propor soluções para esse problema. Os setores industrial e agropecuário foram colocados em um primeiro momento como os principais responsáveis pelos poluentes e a FAEP solicitou evidências que comprovassem esse fato.

● Isenção do Uso da Água

Em 2016, a Alep aprovou a Lei nº 18.878, que isenta os produtores rurais das taxas de controle, acompanhamento e fiscalização do uso de recursos hídricos e minerais. Para conseguir a sensibilização dos parlamentares, a FAEP participou junto com a Ocepar de várias reuniões e audiências públicas demonstrando o prejuízo que a cobrança de fiscalização pelo uso da água traria para a produção agropecuária.

Tríplice Lavagem

A FAEP orientou produtores rurais com palestras e reportagens a respeito da Portaria nº 127/16, do IAP. O documento revisou e definiu novos critérios de multas para produtores rurais que fizerem a devolução de embalagens de agrotóxicos vazias sem a tríplice lavagem de maneira correta.

● Políticas Públicas e Agrícolas

Contribuir efetivamente com políticas públicas e agrícolas para o desenvolvimento da agropecuária no Paraná está no DNA da FAEP. Um dos exemplos mais importantes disso é a atuação determinante da Federação para a formulação, anualmente, do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), também conhecido como Plano Safra. A ferramenta define as diretrizes de política agrícola para o crédito rural, seguro agrícola, apoio à comercialização e outras questões fundamentais.

A cada novo período de planejamento do PAP, a FAEP reúne propostas de sindicatos, produtores e técnicos. Em conjunto com a Ocepar e a Seab, encaminha as sugestões ao Mapa.

Normalmente são apresentadas mais de 100 propostas de inclusão e/ou adequação dos mecanismos da política agrícola vigente. Nos últimos três anos, a FAEP questionou pontos como os aumentos nas taxas de juros e no montante de recursos, a necessidade de uma política plurianual, me-



lhorias no Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR) e o reajuste dos preços mínimos aos custos de produção, entre outras propostas.

Outra conquista de peso foi a retomada da realização dos estudos do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC).

O PAP 2017/18 teve como pontos positivos a redução das taxas de juros, a priorização no crédito para armazenagem e inovação tecnológica, além do retorno da linha ProRenova solicitados pela FAEP. Apesar de o setor produtivo ter solicitado uma redução de dois pontos percentuais nas linhas de crédito de custeio e investimento, diante da nova realidade de taxa de juros da economia, o governo federal atendeu parcialmente a solicitação com o argumento de que a Proposta de Emenda Constitucional de 2016 limitou os gastos públicos.

Plano ABC

O PAP 2017/18 não contemplou uma das principais propostas do setor produtivo, elaborada por cinco entidades do agronegócio da região Sul: FAEP, federações de Santa Catarina (Faesc) e Rio Grande do Sul (Farsul), Seab e Ocepar. A criação da linha de Regularização Ambiental e Conservação de Solos e Água no âmbito do Programa ABC - Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura, com condições diferenciadas de financiamento.

O objetivo era de simplificar o acesso ao crédito e criar uma linha de investimento com condições diferenciadas de financiamento, centralizar os itens financiáveis de regularização ambiental e conservação de solos e água nessa mesma linha, retirando-os de outros programas que concorrem com o ABC, como o Pronamp Investimento e Moderagro.

O PAP não priorizou o Programa ABC. A FAEP enviou ofício solicitando apoio na revisão das condições de financiamento do Programa ABC previstas no PAP 2017/18. A FAEP também solicitou medidas para adequação do processo de análise de crédito rural diante de uma série de problemas levantados pela entidade. A oferta de crédito nesse programa aumentou, porém persistem ainda problemas na análise e elaboração dos projetos.

Apoio à Triticultura

O Paraná é o maior produtor nacional de trigo com 2,25 milhões de toneladas colhidas em 2017. Diante de sua importância, a FAEP anualmente atua fortemente para que sejam implantadas novas propostas de políticas agrícolas para apoio ao setor tritícola. O trabalho é conduzido de perto pela Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas. A atividade precisa de ferramentas efetivas que reduzam consequências causadas



pelo clima e pelo preço por estar mais suscetível do que as demais culturas. As sugestões são levadas diretamente ao governo federal pelas entidades do Paraná, que compõem uma organização maior: a Câmara Setorial de Trigo, da Seab.

Também se organizou para avançar no estabelecimento de políticas públicas com antecedência ao plantio, bem como a definição antecipada de datas e volume de trigo a ser apoiado por meio dos mecanismos de Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), Seguro Rural e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Os recursos para crédito rural, salvaguardas à produção nacional, Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), Seguro Rural, Proagro e Infraestrutura e Logística foram outros temas de igual importância tratados no documento “Políticas para a Triticultura Nacional”.

Tarifa Externa Comum

Mais um aspecto que passou a preocupar o trigo nacional nos últimos anos foi o fato de países fora do Mercosul terem aumentado sua competitividade em decorrência de melhores infraestruturas e câmbio desfavorável ao produto brasileiro. Atenta a isso, a FAEP solicitou medidas para que a Tarifa Externa Comum (TEC) se mantivesse em 10% nas importações realizadas fora do Mercosul, evitando maiores prejuízos aos produtores brasileiros. O pedido foi enviado a vários ministérios diante da intenção do governo federal de zerar a TEC.

Mandioca

A FAEP solicitou, em 2015, medidas de apoio à comercialização de mandioca. Os produtores da raiz atravessaram uma grande crise com o preço mínimo defasado e valores recebidos muito abaixo do custo de produção. O pleito foi atendido pelo governo federal, que viabilizou recursos para aquisição de 20 mil toneladas de farinha e 20 mil toneladas de fécula na modalidade de Aquisições do Governo Federal (AGF).

IN 14

Em julho de 2017, a Instrução Normativa nº 25 (IN25), da Secretaria de Defesa Agropecuária, prorrogou em dois anos (até 18 de julho de 2019) o período para adaptação de granjas e fábricas de ração às regras da Instrução Normativa nº 14 (IN14). Esta última foi publicada pelo Mapa em julho de 2016 e estabeleceu critérios e procedimentos para a fabricação, comercialização e uso de produtos para alimentação animal com medicamentos de uso veterinário. A prorrogação atende a um



pedido da FAEP. O prazo para as empresas se adequarem às novas normas foi de apenas um ano. A FAEP solicitou a prorrogação do prazo porque os produtores enfrentaram grave crise econômica em 2016 ficando descapitalizados para investirem nas adequações necessárias.

Dívida Ativa da União

O pedido da FAEP de concessão de descontos para a liquidação de dívidas originárias de todas as operações de crédito rural inscritas na Dívida Ativa da União (DAU) foi autorizada pela alteração de um artigo da Lei nº 13.140/16. A legislação permitia a liquidação de dívidas de crédito rural em DAU até 28 de setembro. Com a Lei nº 13.467/17, o prazo foi estendido até 29 de dezembro de 2017. Com a conquista da FAEP, centenas de produtores que tiveram suas dívidas inscritas entre setembro de 2016 a 31 de julho de 2017 puderam se beneficiar do programa.

A solicitação de abertura de novo prazo com descontos maiores já tinha ocorrido em 2016 e foi atendida com a Lei nº 11.775/08, que teve atuação da FAEP na sua elaboração. Os produtores rurais tiveram a chance de usufruir de descontos para liquidação e renegociação de dívidas que, por condições climáticas desfavoráveis e/ou oscilações de preço, tinham perdido a capacidade de pagamento. Com a atuação da FAEP foram obtidas novas oportunidades de negociação da DAU entre 2009 a 2015.

Para auxiliar os produtores ainda mais, nesse sentido, a pedido da FAEP, a central de atendimento do Banco do Brasil passou a informar o saldo devedor ao produtor nos casos de parcelamento originados das leis anteriores. Isso está em vigor desde agosto de 2016. Outro ponto central foi a solicitação da FAEP para que a DAU originada pelas operações do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) pudessem usufruir dos benefícios da liquidação. A medida foi reivindicada considerando a finalidade do fundo e as dificuldades enfrentadas pelos cafeicultores paranaenses. O pedido da Federação foi contemplado e as operações chamadas de “Funcafé Dação em Pagamento” passaram a ser beneficiadas com os descontos concedidos pela Lei nº 13.340/16.

Gera Rural

Produtores rurais têm enfrentado grandes prejuízos causados com a constante oscilação do fornecimento elétrico em algumas áreas. As perdas financeiras são constatadas especialmente na criação de animais de pequeno porte. A FAEP cobrou com constância melhorias na qualidade do fornecimento



de energia rural. Para promover a geração de energia renovável autônoma, a Copel desenvolveu o programa Gera Rural. A meta é a redução dos índices de interrupção de energia, tanto em frequência quanto em duração. A FAEP apoia o programa em parceria com várias outras instituições.

A Federação também participa do Conselho de Consumidores da Copel, onde pode informar e debater as dificuldades que o produtor rural tem no uso da energia rural nas suas atividades.

● ICMS Energia

O governo estadual publicou o Decreto nº 1.600, de 3 de junho de 2015, que acabou com o diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviços (ICMS) no consumo da energia elétrica dos produtores rurais, passando a cobrar nas faturas a partir de janeiro de 2016.

Com a publicação do Decreto Estadual nº 3.746/16, a FAEP obteve o retorno do diferimento desse imposto. Além disso, fez um documento de orientação aos produtores explicando como solicitar o ressarcimento do imposto cobrado indevidamente em 2017.

● Lei Kandir

Os impostos podem onerar os custos de produção dos produtores rurais e inviabilizar a competitividade em algumas atividades. Diante disso, para o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação existe benefícios como diferimento ou redução da base de cálculo dos impostos para não prejudicar a produção agropecuária.

No entanto, o prazo de vigência do Convênio ICMS 100/97, que reduz a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais de insumos agropecuários, terminava no dia 31 de outubro de 2017 e havia o risco de não ser renovado. A Lei Complementar 87/96, conhecida como Lei Kandir, desonerou as exportações de produtos primários do ICMS possibilitando uma verdadeira imersão do Brasil no mercado mundial.

A FAEP encaminhou, em 2017, ofício aos deputados estaduais paranaenses pedindo apoio para a manutenção do convênio. A entidade entendia que a arrecadação estadual já absorveu tal redução ao longo dos anos passados, e, por isso, a prorrogação continuada não representaria perda de arrecadação, mantendo os níveis tributários referentes à questão. O documento foi enviado, também, para o Instituto Pensar Agro (IPA).

Para ser estendido, o governo estadual precisaria celebrar a



prorrogação do Convênio ICMS 100/97, no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o que ocorreu em outubro de 2017, quando o governo federal publicou, no Diário Oficial da União, a prorrogação do prazo do convênio até 30 de abril de 2019, atendendo integralmente a solicitação da FAEP.

A FAEP encaminhou ofício aos parlamentares paranaenses em 5 de dezembro, mostrando que se aprovada a emenda da PEC nº 37/07, os produtores rurais vão perder anualmente o equivalente a R\$ 26 bilhões, que representa 5% do Valor Bruto da Produção nacional, de R\$ 527,9 bilhões.

ICMS Suínos

A prorrogação da alíquota de 6% do ICMS foi uma demanda nascida na Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP. A medida permitiu manter a competitividade da atividade, que, com uma taxa de 12%, estava perdendo mercado para Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

ICMS Piscicultura

Atendendo solicitação da FAEP e outras entidades do setor produtivo, de medidas para melhorar a competitividade do peixe paranaense, o governo do Paraná publicou o Decreto nº 8.334/17 alterando a carga tributária para 7% nas saídas interestaduais de peixes com destino ao Estado de São Paulo, no período de 1º de dezembro de 2017 à 30 de abril de 2019.

Em outubro, a FAEP participou de reunião com o Secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, com o deputado estadual Luiz Claudio Romanelli, representantes da Associação Norte Paranaense de Aquicultores (Anpaqui), da Associação dos Aquicultores do Município de Maripá (Aqui-map), da prefeitura municipal de Alvorada do Sul e piscicultores, onde foi discutida a revisão tributária sobre o pescado comercializado com outros Estados.

Zoneamento Agrícola de Risco Climático

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) é um instrumento de política agrícola e gestão de riscos na agricultura. O objetivo é, com sua determinação, minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos adversos. Isso possibilita ao produtor, por exemplo, identificar a melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares.

Seguir as recomendações do Zarc é obrigatório aos produto-



res que contratam Seguro Rural ou Proagro. Por isso a FAEP se preocupa e acompanha atentamente as indicações dessa ferramenta, cobrando novos estudos para estabelecer o zoneamento mais adequado a novas cultivares e mudanças climáticas que possam criar demandas de alterações nesse zoneamento.

A FAEP solicitou estudos. A intenção é verificar possibilidades de antecipação ou prorrogação de épocas de plantio e de inclusão de municípios no Zarc para as culturas da soja, milho verão, milho segunda safra, feijão, arroz irrigado, trigo, café, ameixa, abacaxi, banana, maracujá e caqui. Em 2016, foram incluídos 52 municípios, a maioria na região Noroeste, no Zarc do milho segunda safra a pedido da Federação.

A FAEP também requereu a participação nas reuniões que definiram a nova metodologia baseada em estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para o Zarc de milho, trigo, cana e soja. A Federação ofereceu diversas contribuições para aprimorar a metodologia. As novas técnicas utilizadas estratificaram o risco climático em três níveis: 20%, 30% e 40%.

Dessa forma, alguns municípios, que antes estavam com a mensuração de risco subestimada, podem aparecer nos mapas com maior risco de perdas. Também ocorre a chance de municípios que antes eram proibidos de plantar milho de segunda safra, agora aparecerem no Zarc com os respectivos riscos. Cabe aos agentes financeiros e seguradoras a decisão de liberar ou não crédito, seguro e Proagro.

A vantagem disso é que por esses municípios não aparecerem no Zarc, o produtor não tinha sequer direito de pleitear crédito rural com seguro ou Proagro. No mesmo sentido, produtores que antes tinham que plantar mais cedo do que o previsto no zoneamento, ou que perdiam o prazo final do período do Zarc, com as mudanças poderão plantar nesses períodos. Mesmo que haja maior risco de perdas, a mudança permite acesso ao crédito, seguro e Proagro.

Zarc do Trigo

Além do projeto, a FAEP solicitou ao Mapa a realização de novos estudos para melhorar a metodologia da pesquisa que estabelece o Zarc do trigo, que necessita expressar com maior precisão os riscos de geada e de chuva excessiva na colheita, visando mitigar os riscos de produção.

Também foram enviados ofícios solicitando ao governo federal o remanejamento e a liberação de recursos do orçamento para a subvenção ao prêmio do seguro rural do trigo. As medidas visaram melhorar o equilíbrio na distribuição de subvenção para culturas de maior risco climático e evitar o endividamento dos produtores rurais em caso de problemas climáticos.



Zarc Soja

Em 28 de novembro de 2017, o Mapa apresentou, na sede da FAEP, o termo de cooperação técnica com a agência alemã Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), que deverá financiar os estudos de análise de risco rural associado à mudança do clima. Entre as propostas em estudo está o desenvolvimento da ferramenta RiscTec, que reúne mais de quatro tipos de zoneamento de riscos fundamentados em metodologias consolidadas, com foco no risco produtivo e atuarial.

Está em fase de contratação pelo Mapa com financiamento da GIZ um serviço especializado para elaboração de estudos de análise do risco rural associado à mudança do clima e proposta metodológica de precificação do risco para o cultivo de soja, projeto piloto do Mapa que começara pelo Paraná beneficiando o Estado com as novas pesquisas.

Prorrogação de Dívidas Pecuárias

As fortes quedas nas cotações da arroba trouxeram dificuldades no escoamento da produção do boi gordo, fazendo com que os pecuaristas perdessem a capacidade para quitar operações de financiamento. A pedido da FAEP, o Banco do Brasil prorrogou, por um ano, operações de custeio e investimento com vencimento entre março e junho de 2017.

Crédito Retenção de Matrizes Suínas

Em 2016, o Conselho Monetário Nacional (CMN) prorrogou, em um ano, o prazo para que criadores de suínos tomassem financiamentos no âmbito da linha de crédito do Plano Safra para retenção de matrizes de suínos.

Além do prazo até 30 de junho de 2017 para contratação da linha de crédito a medida também estende para dois anos o prazo para pagamento das parcelas. Esta ampliação do prazo da linha de crédito atende a uma das solicitações da FAEP no documento “Propostas do Estado do Paraná para as políticas públicas do agronegócio brasileiro”.

Prorrogação de Investimentos

A safra paranaense de grãos 2015/16 era estimada em 38 milhões de toneladas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Nesse ciclo, no entanto, secas, geadas e temporais com granizo resultaram em redução do potencial produtivo dos grãos e o levantamento da produção apontou em torno de 35,7 milhões de toneladas no fim da



temporada.

A capacidade de pagamento dos produtores ficou comprometida. Foi necessária a prorrogação de operações de custeio e investimento dos agricultores que não tiveram acesso ao seguro rural. A prorrogação dos custeios em casos de dificuldade de comercialização, frustrações de safras e eventuais ocorrências é concedida conforme dispositivo do Manual do Crédito Rural (MCR). A FAEP elaborou modelos de cartas para pedidos de prorrogação e orientou os produtores pelos seus canais de comunicação.

As operações de investimento também dispunham de autorização para renegociação com base no MCR. Porém, as operações do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) não podiam ser renegociadas.

A atuação da FAEP mais uma vez foi fundamental. A Federação solicitou que estas operações, não contempladas pelas medidas vigentes, pudessem ser renegociadas quando comprovada a incapacidade de pagamento do produtor. Em julho de 2016, a Resolução do nº 4.507, do CMN, atendeu a solicitação da FAEP.

● Faixa de Fronteira

Em 2015, com a Lei nº 13.178, foi regularizada a situação dos produtores rurais com áreas em faixas de fronteira. A medida reflete o trabalho realizado pela FAEP desde 1999, buscando uma solução para imóveis em área máxima de 150 quilômetros da divisa. Com a nova legislação, 95% dos imóveis rurais (até 15 módulos) foram regularizados imediatamente.

● Seguro

Nos últimos três anos, houve redução de área coberta e no número de produtores contemplados com o seguro rural. Foi o maior retrocesso desde 2005, quando foi criado o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), coordenado pelo Mapa. Pela sua importância para minimizar as perdas do produtor rural diante do alto risco da atividade, a FAEP tem participado ativamente na melhoria do programa. A Federação tem acompanhado a aplicação de valores abaixo do previsto inicialmente no orçamento anual pelo governo federal que tem sido insuficiente para atender as necessidades do país. No PAP 2017/18 ficou abaixo dos R\$ 550 milhões anunciados. Diante disso, a FAEP mobilizou o Congresso Nacional para suplementar esses recursos no orçamento.

Em outubro, a FAEP encaminhou ofícios ao Mapa e aos parlamentares pedindo apoio para que houvesse sensibilização com relação à queda nos valores previstos inicialmente.



E obteve do governo federal a garantia de que em torno de R\$ 367 milhões seriam aplicados no seguro rural em 2017, dos quais 30% são demandados por produtores paranaenses, o que se confirmou em dezembro, sendo aplicados quase R\$ 120 milhões no Paraná.

A FAEP também solicitou maior empenho de recursos para o seguro aquícola, tendo em vista que em 2017 foi lançada no Brasil essa modalidade de seguro rural, sendo que o Paraná é líder na produção de tilápia.

Seguro Milho

O Mapa comunicou que em torno de 5 mil produtores de milho da segunda safra não teriam direito aos recursos previstos no PSR na safra 2015/16. Diante disso, a FAEP solicitou aos parlamentares paranaenses e da FPA a aprovação de recursos na ordem de R\$ 58 milhões para o seguro do milho segunda safra. Esse valor é o que seria cobrado dos produtores pelas companhias seguradoras para quitação da parte do prêmio que deveria ser pago pelo governo federal.

A FAEP passou a divulgar os boletos que os produtores estavam recebendo. O Mapa, então, reviu sua decisão inicial e pagou a subvenção reivindicada.

Seguro Soja

Acompanhando os constantes cortes ao programa de subsídio do governo federal, o valor destinado a essa modalidade também sofreu cortes. Em 2015, por exemplo, de cada cinco produtores que tinham contratado o seguro no ano anterior, apenas um teve acesso ao benefício no ano seguinte, segundo levantamento do Departamento Técnico Econômico da FAEP.

A FAEP solicitou crédito complementar e tem cobrado constantemente do governo federal previsibilidade e estabilidade do PSR. Isso é essencial para que haja confiança e segurança que permitam a disseminação da cultura de se contratar seguro rural no Brasil. Por outro lado, a Federação também tem questionado as companhias seguradoras. Para que sejam apresentadas melhorias nos produtos e também nas coberturas de seguros rurais.

Negociação Coletiva

Em 2015, o Mapa criou o Programa Experimental de Negociação Coletiva de Seguro Rural de Soja. A modalidade permite que entidades representativas possam negociar as taxas de prêmio e as condições das apólices. Isso torna possível garantir o acesso à subvenção federal do prêmio do seguro.



A FAEP alertou o Mapa sobre alguns problemas nas listas de produtores que foram cadastradas pelas entidades. Atendendo às propostas formuladas pela FAEP, o ministério estabeleceu novas regras em 2016.

A FAEP fez então uma nova intervenção junto à pasta buscando contemplar os produtores que não teriam acesso em função das listas desclassificadas na fase de envio da proposta, por esses não atenderem a todos os requisitos estabelecidos no edital. Novamente a FAEP foi atendida, por meio do edital de uma ratificação que permitiu a aprovação de 21 listas, totalizando 3.998 agricultores de cooperativas paranaenses que tiveram acesso ao seguro rural.

● Fórum e Guia de Seguros Rurais

Diante da importância do assunto, em 2016, a FAEP reuniu os principais especialistas brasileiros no Fórum Nacional de Seguro Rural para debater o tema. Na ocasião, a FAEP, junto com FenSeg, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Sistema Ocepar e Sistema OCB, lançou o Guia de Seguros Rurais e Proagro. O material contém informações sobre as várias modalidades do seguro rural e Proagro, os produtos e conceitos, o resseguro e o PSR, procedimentos e responsabilidades e foi distribuído em todo o país.

● Proagro

Desde 2013 a FAEP pleiteava junto ao governo federal diversas mudanças nas regras do Proagro. Algumas dessas alterações começaram a ser implementadas apenas em 2016. A mais importante delas foi o valor da cobertura inicial, elevado de 70% para 100% pela resolução do CMN para as operações contratadas a partir de 1º de julho de 2017.

Além disso, as operações contratadas a partir de 29 de junho de 2017, data da edição da Resolução nº 4.586, do Banco Central, foram beneficiadas com a alteração na forma de calcular a parte das receitas auferidas pelo produtor com a venda da produção obtida que sobrou após a perícia de perdas de produção. Essa receita é levada em conta no cálculo do pagamento de indenizações do Proagro.

A FAEP também reivindicou maior celeridade nas análises dos processos do Proagro, melhorando a estrutura da Comissão Especial de Recursos (CER), do qual participam os setores público e privado, entre eles a FAEP representando a CNA.

As reuniões da Comissão ocorrem entre três a quatro vezes durante o ano, dependendo do número de processos



analisados inicialmente pelo Mapa. Em 2017, foram quatro reuniões em Curitiba, nas quais foram analisados 1.357 processos, cujo resultado foi o de 407 processos amparados, 660 negados total ou parcialmente e 290 processos retirados de pauta.

Como principais causas pelas negativas da solicitação dos produtores foram o plantio extemporâneo, notas fiscais indevidas, sendo em alguns casos constatadas inclusive falsificações de notas, variedades não recomendadas pela pesquisa agropecuária, entre outras.

A FAEP também alertou os órgãos governamentais, sobre os prejuízos que a greve dos peritos do Proagro, em junho de 2016, causaria aos produtores. Com isso, o CMN aumentou os valores pagos na peritagem com a Resolução nº 4.509 dando fim à greve de servidores.

Pronaf / DAP

Para dar o apoio necessário aos 30 mil produtores rurais que são enquadrados como agricultores familiares, a FAEP promoveu algumas ações para prover o credenciamento de Sindicatos Rurais para a emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/Pronaf), linha de crédito rural bastante atrativa em função das diversas modalidades de financiamento rural que oferece.

A FAEP promove anualmente treinamentos para atender demandas dos Sindicatos Rurais. Aos emissores funcionários desses sindicatos é prestado apoio diariamente com informações e orientações sobre dúvidas e procedimentos regulamentares para emissão da DAP. A FAEP tem credenciado 125 Sindicatos Rurais aptos para a emissão de DAP, os quais emitem em média 2,1 mil DAPs por ano aos produtores rurais.

Venda Casada

O Banco do Brasil anunciou, em 2015, uma novidade. As vendas de títulos de capitalização aos clientes enquadrados como “produtor rural” passaram, a partir de então, a serem desvinculadas das metas das agências e da remuneração variável dos funcionários. Essa decisão foi resultado de reivindicações incisivas da FAEP para extinguir a venda casada de produtos bancários, durante a negociação da liberação e assinatura do contrato de financiamento.

Como complemento a essa conquista, a Federação realizou uma série de ações de orientação ao produtor rural. O objetivo foi ensinar sobre essa prática proibida, de liberação de crédito rural condicionada à compra de produtos bancários, exceto os previstos em lei ou como garantia de operações.

Custo de Produção

No triênio, a FAEP fez os levantamentos de custo de produção da avicultura e da suinocultura nas regiões mais representativas em termos de volume no Estado. Participam desses encontros produtores, técnicos, agroindústrias, cooperativas, representantes de empresas de equipamentos e de instituições financeiras. Assim é possível ter uma visão ampla da real situação dos sistemas produtivos, os custos que mais impactam e a rentabilidade de cada atividade. A metodologia consolidada e a credibilidade dos resultados servem de base para produtores e se tornaram referência nacional.

Custo do Cordeiro

Um estudo inédito foi conduzido pela FAEP, em 2016: o levantamento dos custos de produção de ovinos. O trabalho foi realizado em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Cooperativa da Carne Ovina, demonstrando a viabilidade da atividade no Estado. Os dados foram captados em propriedades nas principais regiões produtoras no Paraná: Guarapuava, Castro, Cascavel, Pato Branco e Londrina.

Campo Futuro / Dia de Mercado

O projeto Campo Futuro, da CNA, realiza os levantamentos de custos de produção das principais atividades do agronegócio. A FAEP é parceira do projeto e no Paraná foram apurados os custos dos seguintes sistemas produtivos: grãos, café, feijão, tilápia, cana-de-açúcar, fruticultura, silvicultura, horticultura, pecuária de corte, pecuária de leite e aquicultura. E, em 2017, pela primeira vez, pinus e avicultura de postura. O projeto comemora 10 anos de realização pela CNA, em parceria com instituições de pesquisa, Federações e Sindicatos Rurais.

A FAEP participa também do Dia de Mercado. A cada ano é realizado o Dia de Mercado para uma cadeia produtiva. Em 2015 foi grãos, em 2016 aquicultura e, em 2017, pecuária de corte. A atualização de informações sobre os custos de produção e tendências de mercado dão um norte importante aos produtores rurais na hora de fazerem seus planejamentos.

Mercado de Grãos

Em 2015, um ciclo itinerante de palestras sobre Tendências de Mercado de Grãos levou muita informação às regiões de oito municípios em todos os cantos do Paraná. Com um total de quase 900 participantes, o objetivo da FAEP com esse roteiro,



FAEP
FEDERAÇÃO AGRICOLA
DO ESTADO DO PARANÁ



que teve palestras do consultor Flávio França Jr, foi subsidiar o produtor rural com informações. Assim, os agricultores puderam estabelecer suas melhores estratégias de comercialização.

Aquicultura

Com o apoio estratégico da FAEP que coordena o Grupo de Trabalho, a aquicultura é hoje um dos setores que mais crescem no agronegócio paranaense. A Federação encaminhou dois ofícios, em 2017, para pedir apoio à cadeia. A produção de peixes, que experimenta o maior crescimento entre todas as atividades agropecuárias, não conta com subvenção no seguro rural e ainda não tem um levantamento de preços por parte do poder público – como ocorre com outras carnes e grãos, por exemplo.

Os documentos foram enviados ao Mapa e Seab. Entre as reivindicações estão a necessidade de alocar recursos no Programa de Subvenção ao PSR para a subvenção na modalidade aquícola (governo federal) e a inclusão do preço pago ao produtor de tilápia no levantamento disponibilizado periodicamente pelo Departamento de Economia Rural da Seab.

A FAEP tem participado de reuniões com a Emater e sindicatos rurais, estabelecendo relações técnicas para incrementar a aquicultura.



FAEP
FEDERAÇÃO AGRÍCOLA
DO ESTADO DO PARANÁ

Giro Técnico

Em 2017, o Giro Técnico foi realizado em duas etapas, uma em agosto e outra em novembro. O grupo que percorreu várias cidades do Paraná pôde identificar uma série de desafios.

Em agosto, técnicos do Grupo de Trabalho da Aquicultura visitaram durante uma semana sindicatos rurais, pisciculturas, estações de alevinagem, frigoríficos e cooperativas na região Oeste do Estado, nos municípios de Palotina, Maripá, Toledo, Nova Aurora e Laranjeiras do Sul.

Em novembro, o mesmo grupo visitou sindicatos rurais, pisciculturas de tanque escavado, estações de alevinagem, condomínios de tanque-rede, laboratórios de universidades e frigoríficos na região Norte do Estado, nos municípios de Rolândia, Londrina, Alvorada do Sul, Cornélio Procópio, Bandeirantes, Itambaracá, Ribeirão Claro e Carlópolis.

Peste Suína Clássica

Em 2016, o Paraná foi reconhecido como área livre de peste suína clássica pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE). A FAEP sempre deu todo o suporte e ajuda diariamente a tornar o controle sanitário do Estado cada vez mais eficiente.



A Federação acompanha tudo sobre a questão da liberação da OIE e entende que fatos como esse fazem com que o Paraná ganhe ainda mais competitividade no exigente mercado internacional.

Ferrugem Asiática

A incidência de ferrugem asiática, a doença mais temida dos sojicultores, cresceu nas lavouras no Brasil nos últimos anos. Tendo em vista a importância de se combater esse problema, a FAEP solicitou ao Mapa que coordenasse um processo de medidas, entre elas, o vazio sanitário. Deixar a terra descansar sem a presença de plantas de soja é, hoje, a forma de manejo mais eficiente para controlar o fungo.

A FAEP também promoveu seis seminários no Paraná, com instituições parceiras, sobre a eficiência de fungicidas para controle do causador da ferrugem asiática. Também divulgou amplamente a importância da Portaria nº 193/15, que colocou fim ao plantio da soja safrinha (2ª safra), entre os meses de janeiro e fevereiro. Seminários sobre outros aspectos do tema também foram realizados em várias regiões do Paraná em 2015 e 2016.

A Federação foi responsável por ajudar a noticiar a importância de se respeitar a legislação para que a soja, principal fonte de renda dos produtores do Paraná, continue tendo fitossanidade adequada e, por consequência, viabilidade financeira.

Manejo de Pragas, Doenças e Fungos

Táticas para controlar pragas, doenças e fungos são assuntos comuns para quem lida com agricultura. Esses problemas podem aparecer por diversos motivos. A FAEP está sempre atenta a esses aspectos e as formas mais eficientes de controle. Foi o que ocorreu em 2016 com o *Amaranthus palmeri*, na soja, e o percevejo marrom e barriga-verde no milho e soja. No caso da oleaginosa, a FAEP desenvolveu, com entidades parceiras, um trabalho preventivo. Já, em relação aos percevejos, foi realizado um workshop com especialistas e pesquisadores de diversos estados brasileiros sobre o controle químico mais indicado.

Ainda nessa seara, no Paraná, o greening (HLB), doença devastadora para os citros, está sob controle. A condição é resultado de uma série de ações realizadas com a participação ativa da FAEP, conscientizando e disseminando informações aos produtores sobre a importância da realização das inspeções nos pomares para identificação da doença e eliminação das plantas contaminadas. Foi criado, por exemplo, um grupo técnico com várias entidades para revisão da Instrução Normativa nº 53/08, que trata dos critérios e procedimentos para a realização dos



FAEP
FEDERAÇÃO AGRÍCOLA
DO ESTADO DO PARANÁ





FAEP
FUNDAÇÃO AGRÁRIA
DO ESTADO DO PARANÁ



levantamentos de ocorrências do greening.

Em 2017, dentre as estratégias implementadas para o controle da doença, está o sistema de alerta fitossanitário para o manejo regional do psílideo dos citros, que pode melhorar a eficiência no controle desse inseto. Também a soltura do parasitoide da *Tamarixia radiata* produzido pelo Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) para o controle biológico do vetor da bactéria do HLB, o psílideo.

A liberação desse inimigo natural é direcionada principalmente para pomares domésticos em áreas urbanas e rurais, e também para pomares comerciais abandonados. Esses pomares são considerados locais de grande importância na manutenção, propagação e contaminação do inseto vetor da bactéria do HLB.

● Controle de Formigas

O Sistema FAEP/SENAR-PR realizou, em parceria com a Emater e a Adapar, um curso piloto no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA), de Assis Chateaubriand, para 25 profissionais e seis fiscais agropecuários. Eles foram preparados para a “Elaboração do Plano de Manejo de Formigas Cortadeiras no Estado do Paraná”, e se tornaram aptos para atender produtores que foram notificados pela Adapar e que precisam elaborar o plano atendendo a Portaria nº 212/15, que exige a medida.

Manejos Integrados nas Culturas

O Grupo Temático Manejos Integrados nas Culturas atua na difusão de técnicas preconizadas nos Manejo Integrado Doenças (MID), Manejo Integrado de Pragas (MIP), Manejo Integrado de Tecnologias de Aplicação (MITA) e Controle de Perdas em Colheita (CPC). Na safra de soja 2014/15 foram instaladas mais de 159 Unidades de Referência (URs) em propriedades rurais, distribuídas em todas as regiões do Estado. E, na safra 2016/17, foram 141 URs, sendo 55 talhões (39%) de soja Bt (resistente a insetos) e 86 (61%) de soja não Bt, em 75 municípios do Estado.

As URs realizam o monitoramento de pragas e doenças e, após a análise dos dados, é indicado o melhor método de controle. As informações são difundidas para técnicos e produtores por meio de um informativo semanal elaborado pela equipe regional da Emater e também em dias de campo regionais.

● Infraestrutura e Logística

O agronegócio paranaense tem forte participação nas exportações do Estado com produtos como grãos, proteína, madeira, açúcar e álcool. Nas importações, o maior volume são os fertilizantes. Todos esses produtos transitam por rodo-



vias do interior do Estado até os portos de Antonina e Paranaguá e vice-versa.

É por isso que a FAEP participa das reuniões mensais do Conselho de Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) como representante do setor produtivo. A FAEP também se faz presente nas reuniões do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de Paranaguá, contribuindo para as soluções dos gargalos existentes e sugerindo melhorias que atendem às necessidades do agronegócio brasileiro.

No Porto de Antonina a FAEP defende o aprofundamento do canal e berços de atracação. Outro ponto importante é a construção da rodovia que dará acesso ao porto de Antonina, sem a necessidade de se passar pelo centro das cidades de Morretes e de Antonina. Essas soluções aumentariam os investimentos e o número de operadores portuários explorando os serviços.

Poligonal

A revisão da poligonal dos portos de Paranaguá e Antonina foi um processo acompanhado pela FAEP durante anos. A medida possibilitou que as áreas destinadas à operação privada fossem concessionadas para novos investidores, permitindo que novos projetos fossem colocados em prática. O Paraná foi o primeiro Estado brasileiro a atender as exigências da Lei dos Portos de 2013 que ordenava a revisão. Hoje a Appa está entre os melhores em eficiência da América Latina.

FAEP
FEDERAÇÃO AGRÍCOLA
DO ESTADO DO PARANÁ

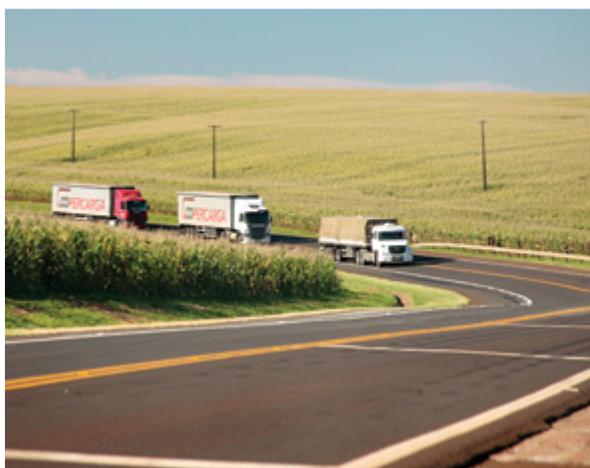
Anel de Integração

O agronegócio é o setor que mais utiliza o modal rodoviário. Para sua eficiência fora da porteira, o setor precisa de uma boa malha rodoviária e portos estruturados que operem com eficiência e rapidez. Grande parte da produção agropecuária é escoada por rodovias de pista simples e inadequadas para o volume de tráfego.

Pelo seu impacto na formação de preços dos produtos rurais, a FAEP contratou consultoria, ouviu especialistas e conversou com representantes das concessionárias buscando uma solução viável para a situação.

Foram esses fatores que embasaram a defesa da repactuação dos contratos de concessão do Anel de Integração, visando o início imediato de obras nas principais rodovias do Paraná e a redução do valor pago de pedágio. Técnicos e consultores da FAEP participaram de eventos debatendo os benefícios da repactuação.

Foi produzida uma cartilha sobre o “Pedágio do Paraná” detalhando o tema. Ela foi distribuída a instituições públi-





FAEP
FUNDAÇÃO AGRÁRIA
DO ESTADO DO PARANÁ



cas e privadas, incluindo o governador do Estado e o então ministro dos Transportes. Como resposta foi criado pelo Ministério do Transporte um grupo de trabalho para estudar o assunto. Outra iniciativa da FAEP foi elencar os principais trechos que poderiam ser atendidos pelo modal ferroviário desafogando as rodovias.

● ALL – Rumo/Cosan

No assunto ferrovias, a FAEP precisou acionar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão vinculado ao Ministério da Justiça. O motivo foi garantir o acesso ao transporte ferroviário dos produtos agropecuários na mudança do detentor da concessão. Isso foi necessário por causa da negociação de aquisição dos serviços de transportes ferroviários da América Latina (ALL) pela Rumo, em 2015.

O Cade se pronunciou favorável à mudança de controle acionário, mas atendeu grande parte das reivindicações da FAEP. Uma das principais exigências foi o comprometimento da empresa em assegurar acesso e utilização dos serviços de maneira isonômica. A FAEP também tem participado dos debates e contribuído para a melhoria da malha ferroviária. Tem sugerido trechos prioritários para o agronegócio.

Fórum Internet

A FAEP reuniu representantes de empresas de tecnologia e telefonia, provedores e entidades públicas que participaram do Fórum de Telecomunicações Rurais, em maio de 2017, na sede da entidade. Os participantes decidiram elaborar um projeto-piloto para solucionar a falta de acesso à internet em várias regiões do Paraná. Uma empresa privada instalou, para teste, um sistema para uso de internet via satélite que está sendo acompanhado para que se possa avaliar sua eficácia e viabilidade para a área rural.

● Rotulagem de Frutas e Hortaliças

O Sistema FAEP /SENAR-PR promoveu, com vários parceiros, mais de 50 oficinas para orientar técnicos, produtores, atacadistas e varejistas sobre a Resolução nº 748/14 da Secretaria de Estado da Saúde. No total, os eventos reuniram mais de 4,5 mil pessoas. A norma específica que todas as frutas, verduras e legumes in natura disponíveis para comercialização no Paraná têm que ter rótulo. O Paraná serviu de modelo para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que estudam uma legislação própria para o tema.

Registro de Agroquímicos

Minor Crops, definida no Brasil como Culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI), são culturas com baixo suporte fitossanitário, aquelas para as quais falta ou há número reduzido de agroquímicos registrados.

A FAEP coordena o processo de levantamento das demandas do Paraná de agrotóxicos para pequenas culturas em parceria com entidades públicas e privadas do Estado. Também articula junto aos órgãos registrantes, empresas fabricantes e instituições de pesquisa soluções para o problema, realizando um trabalho de referência no Brasil. As Federações de Agricultura dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais adotaram o modelo do Paraná e ficou definido a integração dessas quatro unidades, que reúnem as demandas para o registro destes produtos e encaminham às empresas fabricantes para análise.

Após três anos com a publicação da Instrução Normativa Conjunta Mapa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nº 01 de 16 de junho 2014, que incentivou o registro para as pequenas culturas mais de 100 culturas foram beneficiadas. Atualmente 100 marcas comerciais foram registradas e, destas, 79 já foram cadastradas no Paraná pelas empresas fabricantes. O levantamento das demandas das culturas Minor Crops é importante para viabilizar mais opções aos profissionais de campo, que precisam recomendar aos produtores o manejo das suas produções com eficiência e segurança ambiental.

Plante Seu Futuro

A FAEP participa da campanha Plante Seu Futuro desde seu lançamento pelo Governo do Paraná, em 2013. A Federação divulga projetos e eventos. Também participa ativamente de capacitações e do grupo gestor da iniciativa.

São três grupos temáticos trabalhados: Gestão de Solos e Água; Controle de Formigas Cortadeiras e Manejo Integrado nas Culturas, que trabalha em conjunto com as práticas de Manejo Integrado de Doenças (MID), Manejo Integrado de Pragas (MIP), Manejo Integrado de Tecnologias de Aplicação (MITA); e Controle de Perdas em Colheita (CPC).

Reativação do Setor Sucroenergético

A FAEP contratou uma assessoria especializada que desenvolveu um Programa de Reativação do Setor Sucroenergético



FAEP
FEDERAÇÃO AGRÍCOLA
DO ESTADO DO PARANÁ





do Paraná. O motivo foram as constantes crises enfrentadas pelo setor nas últimas safras.

O programa, desenvolvido em 2015, contém uma proposta bem definida para a recuperação do setor com ações que favorecem a retomada do crescimento focado no aumento da produção, do número de empregos e da geração de energia a partir da biomassa de cana (bagaço e palha).

Foi solicitado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um reescalonamento das dívidas de produtores do setor. A instituição financeira respondeu com novas linhas de crédito para financiamento da produção de cana-de-açúcar. Também foram realizadas reuniões de apresentação do programa ao Governo do Estado e Copel. Além disso, foram promovidas visitas de técnicos à Usina Barra Grande, em Lençóis Paulista (SP).

O Sistema FAEP/SENAR-PR foi ainda um dos realizadores, junto com diversas entidades, do 1º. Simpósio de Biomassa e Cogeração de Energia, em outubro de 2016. Os participantes tiveram a oportunidade de debater o aproveitamento do bagaço e a palha da cana-de-açúcar para a produção de energia. Outro posicionamento em prol do setor foi o de ser contrária ao projeto de Lei nº 1013/11 sobre a fabricação e comercialização de veículos leves movidos a óleo diesel em território nacional, o que prejudicaria a atividade.

Panorama de Mercado e escoamento da Produção

A FAEP realizou, em 2016, o estudo “Panorama de mercado das principais atividades da agropecuária paranaense”. O documento analisou as informações econômicas das principais atividades agropecuárias. Em 2017, o estudo “Potencial de escoamento da Produção Agropecuária Paranaense” trouxe dados sobre as operações logísticas das principais cadeias produtivas do agronegócio paranaense: soja, milho, trigo, feijão, frangos, suinocultura, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, cultivos florestais, cana-de-açúcar, batata e mandioca. Fertilizantes também foram incluídos, por se tratar de um insumo indispensável para a produção agrícola. Os dois levantamentos foram publicados ao longo de 2016 e 2017, no Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Sindical

A FAEP realiza uma série de atividades de suporte aos sindicatos rurais nas áreas contábil, trabalhista e tributária, onde o produtor rural pode contar com a experiência e organização da Federação para responder rapidamente às de-





mandas necessárias. Em tempos de mudanças constantes em legislações, a Federação está cada vez mais atuante na defesa do produtor rural.

São diversas capacitações. Entre essas iniciativas estão cursos para ensinar como preencher o formulário do Imposto de Renda Pessoa Física, atendimento nas questões de Departamento de Pessoal, preenchimento eletrônico das declarações cadastrais do INCRA, Ato Declaratório Ambiental (ADA), Imposto Territorial Rural (ITR), entre outros. A FAEP também auxilia os sindicatos em seus processos eleitorais. As convenções coletivas de trabalho também contam com a participação da entidade, assim como a celebração dos acordos coletivos de trabalho.

Há 13 anos, a FAEP realiza o Programa Casa em Ordem, orientando os produtores rurais sobre os procedimentos corretos em relação às legislações pertinentes ao exercício das atividades agropecuárias.

● Encontro das Comissões Técnicas e Líderes Sindicais

Em relação aos encontros das comissões técnicas e líderes sindicais um dos destaques foi quando a FAEP trouxe o engenheiro agrônomo Alexandre Mendonça de Barros para palestrar. Ao todo participaram cerca de 300 lideranças, que puderam debater sobre a conjuntura atual dos agronegócios mundial e nacional. O evento foi realizado em março de 2017.

A FAEP também promoveu um encontro de lideranças em agosto. Na ocasião, representantes de diversas regiões do Estado puderam conhecer detalhes dos desdobramentos de mudanças em leis e decisões judiciais que regulamentam assuntos como o Funrural, Leis Trabalhistas e ITR.

● Mercado de Commodities e Conjuntura Agropecuária

A FAEP realiza a análise mensal dos dados de estimativa da safra das principais culturas no Paraná divulgados pela Seab. Para complementar informações com dados qualitativos, são consultados membros da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas de diversas regiões produtoras do Paraná, que passam informações sobre o desenvolvimento das lavouras, interferências climáticas e planejamento para a safra seguinte.

A análise de preços de comercialização de grãos no mercado de balcão, feito pela Seab, é agregada às estimativas de produção. O site do Sistema FAEP/SENAR-PR é alimentado



com informações diárias das cotações das principais culturas nas principais praças, Bolsa de Chicago e BM&F, numa parceria com a Consultoria Safras & Mercados, por meio da Agência CMA.

Até 2016, a FAEP também realizou o acompanhamento da Conjuntura Agropecuária fornecendo informações sobre as produções nacional e mundial, consumo e estoque mundial, entre outras informações.

Comissões Técnicas e Conselhos

As 11 Comissões Técnicas da FAEP se reuniram continuamente nesse triênio para tratar dos principais temas que afetam as cadeias produtivas. Muitos dos temas tratados pela FAEP se tornaram conquistas a todo o setor produtivo paranaense nasceram nas comissões. Já os Conselhos dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado do Paraná (Consecana) e o Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná (Conseleite) se reúnem mensalmente para tratarem da definição de preço de referência a ser pago pelas matérias-primas.

Fundepec

O Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundepec-PR) reúne instituições representativas de produtores rurais e da indústria. O Fundepec-PR tem trabalhado na busca de elevar o status sanitário e promover o desenvolvimento da pecuária e da produção vegetal e viabilizar ações de defesa sanitária no Paraná. A cada ano são realizadas reuniões ordinárias para aprovação de balanço e execução orçamentária. As ações desenvolvidas fortalecem a parceria público-privada entre os órgãos de governo e representantes da iniciativa privada por meio da reafirmação de compromissos institucionais.

Um dos principais assuntos abordados em 2017 foi o pleito para reconhecimento de zona livre de febre aftosa sem vacinação e sua importância para o setor. O tema foi tratado novamente em outubro, durante reunião extraordinária. O Fundepec-PR fomentou a criação de um fundo específico, diferente do indenizatório, para suprir as necessidades da defesa sanitária do Estado, por meio da contribuição das agroindústrias e doação de infraestrutura e equipamentos para a Adapar.

Conseleite

Em 2017 foi alterado o formato da resolução do Conseleite e os valores de referência para o "Leite Padrão". As altera-



ções têm o objetivo de facilitar as negociações da matéria-prima leite entre indústrias e produtores que utilizam estas variações de preços em suas definições de preços. O novo formato do simulador somente exibe o valor de referência para o leite analisado após o preenchimento dos valores de gordura, proteína, Contagem Células Somáticas (CCS), Contagem Bacteriana Total (CBT) e volume diário de leite entregue pelo produtor.

A FAEP exerce papel fundamental na condução desses trabalhos no sentido de convocar e secretariar as reuniões, bem como na divulgação dos valores de referência em seus veículos de comunicação.

Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária

A FAEP tem contribuído desde 2013 com o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária, por meio do Grupo de Trabalho Gestor (GT Gestor). Foram estabelecidas metas, em 2015. Com isso, foram realizadas reuniões com todas as macrorregiões no enfrentamento das dificuldades. O objetivo foi dar suporte institucional e técnico para ações e manter atualizadas as informações sobre as ações estratégicas em desenvolvimento, com foco na integração público/privado.

Aliança Láctea Sul Brasileira

Em agosto de 2017, o Paraná assumiu a coordenação da Aliança Láctea Sul Brasileira. O espaço é um fórum de debate e ações conjuntas entre os três Estados do Sul que busca o fortalecimento da cadeia produtiva (o Sul hoje é a maior região produtora de leite do Brasil). Quando foi criada, em 2014, a Aliança Láctea foi coordenada pelo Paraná. No ano seguinte o comando passou para Santa Catarina e Rio Grande do Sul na sequência. O fórum de debates realiza reuniões periódicas em que são traçadas estratégias de ações conjuntas.



Representatividade

A FAEP é a instituição que representa o produtor rural paranaense. Para tanto, além dos programas, participa também de uma série de eventos técnicos, congressos, reuniões e comissões nacionais e estaduais. No triênio de 2015/17, participou também de Câmaras Setoriais e Temáticas do Mapa, Comis-



sões Nacionais da CNA e reuniões e assembleias da FPA, que abriga o Instituto Pensar Agro (IPA). A FAEP também participou de reuniões de conselhos estaduais diversos, como de Meio Ambiente, do Trabalho, Sanidade Agropecuária, Sanidade Suína e de Sanidade Avícola, entre outros.

A FAEP também participou da audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na Câmara Federal, em Brasília, em 2015. Na ocasião a Federação colocou sua posição sobre as invasões de áreas produtivas no Paraná.

A Federação também se fez presente no Fórum Nacional de Regularização Fundiária. O evento ocorreu em Guaíra, com mais de 2 mil produtores rurais. Na data o debate foi sobre a ocupação ilegal de terras por indígenas. Em 2017, em audiência pública sobre demarcação de terras para populações indígenas, em Brasília.

Comunicação

Todos os trabalhos, ações e projetos realizados pelo Sistema FAEP/SENAR-PR são amplamente divulgados pelo Boletim Informativo, revista semanal com média de 32 páginas e tiragem de, no mínimo, 26 mil exemplares. As matérias publicadas, muitas vezes, resultam em notícias veiculadas e repercutidas nas imprensas estadual e nacional.

As informações produzidas também são divulgadas no site do Sistema FAEP/SENAR-PR, nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram e Flickr) e em diversos grupos de WhatsApp. Além disso, o setor trabalha constantemente em materiais impressos especiais, como cartilhas do CAR, do PRA, Seguro Rural, Proagro, Cartilha do Solo e Água e Especial Viagem Técnica. O Sistema FAEP produz ainda materiais audiovisuais para divulgação de suas ações. Matérias e entrevistas de áudio e de vídeo são disparados a sindicatos rurais, lideranças sindicais e meios de comunicação semanalmente. Esses materiais também são utilizados por outros canais de comunicação das imprensas estadual e nacional.

O trabalho de comunicação do Sistema FAEP/SENAR-PR tem sido reconhecido com prêmios de jornalismo. Em 2016, conquistou o 1º. Lugar do Prêmio Nacional de Jornalismo em Seguros, entre 492 trabalhos inscritos de todo o Brasil. No mesmo ano, alcançou a liderança na categoria Reportagem Radiofônica e 2º. Lugar na categoria Jornalismo Impresso/Online, do Prêmio Franz Jaster de Comunicação, promovido pela Cooperativa Agrária. E, em 2017, novamente na mesma premiação conquistou o 1º. Lugar na categoria Jornalismo Impresso/Online.

BI 1417 | Dezembro



BAIXAR PDF | VERSÃO ONLINE

BI 1416 | Dezembro



BAIXAR PDF | VERSÃO ONLINE

BI 1415 | Novembro



BAIXAR PDF | VERSÃO ONLINE

BI 1414 | Novembro



BAIXAR PDF | VERSÃO ONLINE

BI 1413



BAIXAR PDF | VERSÃO ONLINE

BI 1412 | Novembro



BAIXAR PDF | VERSÃO ONLINE









MAIS FORMAÇÃO PROFISSIONAL RURAL



Sempre pensando numa formação sólida que permita o domínio da atividade a que o participante se propõe, o SENAR-PR procurou estar mais próximo das necessidades do trabalhador e do produtor rural em 2017. Por meio de visitas aos sindicatos e conversas com instrutores, a equipe técnica da entidade desenvolveu projetos para atender as demandas reais do seu público.

O resultado se reflete em cursos com maior carga horária nos treinamentos de Formação Profissional Rural (FPR) e mais aprofundados no conhecimento, preparando melhor o trabalhador e o produtor rural para desempenhar suas atividades. “É o que temos buscado: qualidade e resultados”, afirma o presidente do Conselho

de Administração do SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Neste ano, o SENAR-PR finalizou os processos itinerários do Hortimais, Pecuária de Leite e Administração Rural. Cada um, dentro da sua peculiaridade, ganhou novos módulos e material didático, além de parceiros do mercado, que contribuem com dados e informações da realidade do campo. “Queremos que os participantes dos nossos cursos tenham uma formação sólida com domínio da atividade que se propôs”, avalia o superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto.

No leite, por exemplo, o SENAR-PR passou a ofertar o curso Boas Práticas Agropecuárias (BPA) na Propriedade Leiteira, com o objetivo de

incorporar à rotina procedimentos essenciais à garantia da produção de leite seguro e de qualidade, tudo devidamente documentado. A multinacional Nestlé paga 2,5% a mais pelo leite do produtor que já possui BPA implantada e inspecionada pela Genesis Group, empresa responsável pelas vistorias.

O SENAR-PR buscou reforçar as parcerias com empresas, o que proporcionou a aproximação com as tecnologias empregadas no campo. O SENAR-PR também participou ativamente do processo de capacitação das Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs) instaladas pelo Paraná. Para fortalecer a defesa dos interesses dos produtores das cadeias de avicultura e suinocultura, o Plano

de Capacitação, desenvolvido pelo Núcleo de Cadecs do Paraná, criado em agosto de 2017, pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, inclui os módulos 'Noções jurídicas aplicadas aos contratos de integração', 'Custos de produção', 'Organização de reuniões' e 'Técnicas de negociação'. Os últimos dois adaptados para a especificidade a partir de cursos do portfólio do SENAR-PR.

Os esforços, durante o ano, também foram direcionados para inovação, na atualização de produtos e na busca de maior eficácia. O primeiro passo foi a criação de uma Unidade de Projetos e Inovação (UPI) que, ao longo de 2017, proporcionou uma série de mudanças na área técnica do SENAR-PR. Antes da criação do departamento, as atividades de promover, realizar e acompanhar os cursos ofertados pela instituição, que demandavam bastante tempo, somadas a necessidade de constante ino-

vação eram acumuladas pela Gerencia Técnica (Getec). "A UPI acelerou os processos dos itinerários. E desta forma, os técnicos da Getec puderam se aproximar dos produtores, sindicatos e parceiros", destaca Eduardo Gomes, gerente técnico do SENAR-PR. "Ainda, mais presente no dia a dia do campo, os técnicos da Getec passaram a trazer informações para a UPI, num processo de retroalimentação do sistema", complementa.

■ NÚMEROS

Em 2017 foram realizados 5.243 cursos de Formação Profissional Rural (FPR) para 102.371 participantes, totalizando 162.050 horas de aula, o que mostra a crescente busca do trabalhador rural pela profissionalização, sendo o SENAR-PR uma referência na procura por capacitações. Os cursos de

'Aplicação de Agrotóxico' e 'Segurança no Trabalho' continuam os mais procurados. "Isto é reflexo da nossa constante preocupação com o bem-estar e a segurança do trabalhador rural", frisa Meneguette.

Outro destaque do ano foi a elevada carga horária investida em capacitação de jovens e em programas de gestão. Estes cursos têm, em média, 160 horas, enquanto o Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) conta com, em média, 133 horas. No total, o JAA mobilizou 249 turmas com 4.819 participantes, totalizando 31.126 horas. Os cursos de 'Promoção Social', 'Conservas de Frutas e Hortaliças' têm o maior número de eventos, 243 capacitações com 3.065 participantes. 'Inclusão Digital' tem tido grande investimento na carga horária que aumentou em 20,6%, o que totalizou ara 8.184 horas. Foram 2.251 participantes em 2017.





PROSOLO

O curso Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográficas, do SENAR-PR, tem levado conhecimento aos quatro cantos do Estado sobre como cuidar melhor dos bens mais preciosos da agropecuária: o solo e a água. O curso para profissionais que já atuam na área agrícola faz parte da estratégia para se alcançar as diretrizes do Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo), do governo estadual, que tem apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR e outras entidades.

A capacitação de 300 horas é dividida em 11 módulos ministrados a distância (que totalizam 220 horas) e três encontros presenciais. O curso exige ainda

a elaboração de um plano de manejo de solo e água em propriedades rurais e microbacias hidrográficas.

Iniciado em 2017, foram ofertadas 23 turmas com etapas presenciais em nove cidades (Paranacity, Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava, Irati, Lapa, Assis Chateaubriand, Santa Tereza do Oeste e Xambê).

Fiscal na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Losani Perotti integrou a primeira turma que concluiu o curso em Paranacity, no Noroeste do Estado. Durante o curso, ela pôde resgatar e atualizar conteúdos da graduação. “Uma coisa bem prática, por exemplo, foi um exercício que, com uma pá reta,

pegamos uma ‘fatia do solo’ e então trabalhamos ela com as mãos. O modo como os torrões se desmontaram, nós colocamos em uma tabela visual e esse solo teve uma nota, que mostra se está bem estruturado, se está compactado”, explica. “Hoje, se tiver que fazer uma avaliação mais específica, tenho condição de fazer com bastante tranquilidade”, completa.

Há nove anos, o engenheiro agrônomo da Usina Santa Terezinha, de Terra Rica (região Noroeste), Félix Luis Corbari é responsável pela área de preparo de solos da empresa. Ele foi companheiro de turma de Losani e concorda sobre o intenso aprendizado oferecido pela capa-

citação do SENAR-PR. “O curso trouxe soluções que precisamos adotar aqui. Já apresentei o trabalho aos gerentes da propriedade e eles entenderam que são medidas necessárias. Tínhamos terraços que, fazendo algumas contas, vimos que estavam muito longe um do outro e mais baixos do que o necessário”, conta. Com o curso Corbari se sentiu seguro para propor as alterações no seu local de trabalho para que se chegue à melhor tática para a conservação do solo. “O conteúdo que aprendi ajudou a provar tanto na lei quanto nas contas práticas, o que precisa mudar de fato. Vimos até como resolver o escoamento de água por cima de carregadores [estradas internas], porque a cana precisa que o caminhão transite bastante por cima da lavoura”, pontua.

■ DEFESA PÚBLICA

Seis participantes do curso “Manejo de solo e água em propriedades rurais e microbacias hidrográficas” realizaram a

defesa de seus projetos individuais, na Estação/Polo Regional do IAPAR, em Paranavaí, em outubro.

Fizeram suas defesas os profissionais Anderson José Alves, Claudemir José Grolí, Davi Antonio Oliveira Barizão, Jeferson Rodrigo da Costa, Jonez Fidaliski e Mauro Moreira dos Santos, todos enfocando Planejamento Conservacionista de Solos e Águas.

A coordenação e avaliação dos projetos foram feitas por Flaviane Marcolin de Medeiros (SENAR-PR) e Alini Taichi Machado (Instituto Emater), com a supervisão de Edberto Moura Lima.

■ CAPACITANDO PARCEIROS

O Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo) realizou treinamento de profissionais de órgãos ligados à atividade rural, como Emater, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná (Fetaep), Organização das Cooperativas

do Paraná (Ocepar) e Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab), além de instrutores do SENAR-PR, para divulgação do programa.

Eles estiveram reunidos em Curitiba, em março, para serem multiplicadores, levando as diretrizes do programa a campo.

■ RALLY DO SOLO

O Sistema FAEP/SENAR-PR apoiou a realização da 2.^a edição do Rally de Uso e Conservação do Solo e da Água, na região de Guarapuava (Centro Sul do Estado), em fevereiro. Participaram 160 pessoas que rodaram 190 quilômetros de trilha em 42 veículos preparados para a aventura no barro. As provas buscaram conscientizar os participantes sobre a importância da conservação de recursos primordiais à agricultura, como o solo e a água. O evento foi promovido pela Cooperativa Agrária Agroindustrial e pela Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária (FAPA).





HERDEIROS DO CAMPO



O Herdeiros do Campo foi um dos principais destaques do catálogo de cursos do SENAR-PR em 2017. O objetivo do programa é despertar a família rural para o planejamento sucessório, levando instrumentos para que os participantes possam implantar um plano de ação que norteie a sucessão familiar. São 42 horas de aulas, com cinco encontros de oito horas cada e mais uma orientação de duas horas por família, quando se trabalha as dimensões família, empresa (negócio) e propriedade (patrimônio).

O projeto piloto em 2016 contabilizou cinco turmas. Em 2017, quando o programa entrou na grade do SENAR-PR, foram 21 turmas em todo o Paraná, num total 250 famílias e 500 participantes.

“Não há receita pronta. O tema é com-

plexo e não se resolve com um documento, que é só uma parte de um processo sucessório satisfatório. O SENAR-PR leva informações aos produtores para permitir que olhem para dentro de sua família, para as questões jurídicas e para o negócio”, explica a coordenadora técnica do programa e técnica do SENAR-PR, Luciana Matsuguma.

O conteúdo do programa envolve sucessão e governança; visão estratégica; a empresa rural e seus cenários; mediação de conflitos e a construção da confiança; o aprendizado e a prática, e orientação do plano de ação. Este último consiste na aplicação de todas as habilidades desenvolvidas durante a formação para gerar um projeto de efeito prático dentro das propriedades em relação à sucessão.

A família do agricultor Erineu Caldato

participou da turma de Pato Branco, no Sudoeste do Paraná. Ele cultiva 260 hectares de lavouras de grãos no município.

Apesar de ter vivenciado um processo bem-sucedido de sucessão no passado, tendo sido orientado pelo pai, a passagem do bastão de Erineu para as filhas até então sempre tinha sido deixado de lado. As três fizeram faculdade e têm seus empregos na cidade. A participação de pai e filhas no Herdeiros do Campo mudou a visão da família. “Durante o curso já trouxemos elas para junto de nós, mostramos os quatro cantos da propriedade, os limites, como funciona, como elas devem proceder no futuro e usufruir da propriedade”, relata Erineu.

“O meu pai é bastante jovem. A princípio tínhamos a noção de que não havia



necessidade de tratar sobre isso. No curso vimos que o conceito é justamente o contrário. Quanto antes conseguir trocar ideia, conversar, ter experiências, melhor”, enfatiza Aracéli, filha mais velha

A instrutora do SENAR-PR, Francieli Grings, participou com a mãe, Renilda Schmidt Grings, da turma de Pitanga, no Centro-Sul do Paraná. A família tem uma propriedade de 24 hectares, utilizados para a produção de leite. A formação deixou a família mais tranquila com relação ao futuro da propriedade. “Algumas janelas se abriram, a gente começa a enxergar novas oportunidades. Eu acredito que o Herdeiros veio para mudar muitas vidas, porque tem muita propriedade que passa pela mesma situação que a da nossa família, que é a

falta de arrumar tempo para conversar e tomar decisões sobre o futuro”, diz.

■ DESTAQUE NACIONAL

A proposta apresentada pelo SENAR-PR de contribuir no processo de sucessão familiar tem chamado a atenção de parceiros. Empresas como a BRF, Cargill e a Souza Cruz demonstraram interesse no Herdeiros do Campo, assim como o SENAR Nacional. A chefe do Departamento de Educação Profissional e Promoção Social do Senar Nacional, Andréa Barbosa Alves, esteve no Paraná para conhecer detalhes da capacitação. “O programa (Herdeiros do Campo) tem um formato único. A maneira como foi construído

aborda um tema em pauta, a sucessão, mas de forma delicada, sem criar conflito, mas diálogo entre os familiares”, elogiou Andréa. “Na forma que está, o Herdeiros do Campo funciona em qualquer Estado. Nossa ideia é nacionalizar o programa”, acrescentou.

A representante do Senar Nacional também demonstrou especial interesse na Olimpíada Rural nas modalidades Matemática e Português, direcionada aos alunos que cursam os Programas Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), e Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ). “Essa é uma iniciativa muito positiva, principalmente se for nacional. É consenso que precisamos ter um programa específico para os jovens”, diz Andréa.



PLANTE SEU FUTURO

O Manejo Integrado de Pragas (MIP) é um dos alicerces da campanha Plante Seu Futuro, lançada em 2013 pelo governo do Estado em parceria com diversas entidades, entre elas o Sistema FAEP/SENAR-PR. O objetivo da iniciativa é retomar as boas práticas agrícolas por meio de ações permanentes de divulgação de conhecimentos e tecnologias de boas práticas agrícolas e capacitação profissional de técnicos e produtores.

O desafio é utilizar essas práticas para elevar a produção paranaense a um novo patamar de sustentabilidade tanto do

ponto de vista econômico, quanto ambiental. Utilizando tecnologias que proporcionem baixa emissão de carbono e uso racional de insumos agrícolas.

A campanha leva em conta as particularidades regionais e locais, de modo a contemplar as diferentes realidades existentes no sistema produtivo paranaense. Desta forma ela foi estruturada de maneira descentralizada, com unidades administrativas em quatro macrorregiões do Estado (Centro-Sul, Oeste-Sudoeste, Noroeste e Norte).



MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS



O SENAR-PR reuniu os resultados de 18 turmas do curso Inspetor de Campo em MIP – Soja, que aplicaram os protocolos do Manejo Integrado de Pragas (MIP) em diversas áreas distribuídas nas regionais durante a safra 2016/17.

Participaram deste trabalho 186 produtores e trabalhadores rurais, que realizaram o monitoramento das pragas e outras técnicas ensinadas durante o curso. O objetivo foi repassar aos participantes critérios técnicos para que possam decidir sobre aplicar ou não inseticidas, e se houver necessidade do uso do produto, que ele seja feito no momento correto. “O objetivo do SENAR-PR com essa iniciativa é que o produtor entenda a importância dos inimigos naturais, que ele nem sempre enxerga, mas que são os maiores responsáveis pelo controle de pragas nas lavouras”, destaca a engenheira agrônoma Flaviane Marcolini de Medeiros, responsável pelo curso de MIP do SENAR-PR.

Os resultados das 186 áreas monito-

radas (uma área para cada participante do curso), que somaram 2.291,23 hectares, distribuídos em todas as regiões do Paraná, em relação às pulverizações, foi de 1,92 aplicação, em média, enquanto a média estadual, sem a adoção de MIP, é de quatro aplicações.

A produtividade média da soja nas áreas monitoradas no curso do SENAR-PR foi de 4.103,52 Kg/ha (68,39 sacas/ha), superior à média estadual, que, segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Seab, foi de 3.630 Kg/ha na safra 2016/17. Em Cambará (Norte Pioneiro), o produtor Fábio Roberto Dariva fez o curso do SENAR-PR e implantou o MIP em 8,6 hectares de soja. Além da economia no número de aplicações, ele também poupou na hora de comprar as sementes. Com a opção de uma variedade menos resistente a agroquímicos, ele obteve uma economia de cerca de 50%.

Para o produtor Carlos Eduardo Luhn, de Guarapuava, o curso ajudou a tomar a

decisão sobre a hora certa de pulverizar a soja. Ele levou um funcionário e um trabalhador terceirizado para fazer o curso, cada um acompanhou um talhão da sua lavoura. “Na terceira semana, o número de lagartas tinha diminuído”, lembra. O que ocorreu no seu caso foi que os próprios organismos presentes na lavoura combateram as lagartas.

Com o uso do MIP nesta safra, Luhn fez apenas uma aplicação de inseticida. Para efeito de comparação, na safra anterior foram feitas cinco aplicações na propriedade. É bom lembrar que uma safra não é igual a outra e há diferentes pressões de pragas em cada ocasião.

A média de produtividade também foi superior à do ano passado. Foram colhidas, em média, 68 sacas de soja por hectare. Nesta temporada do curso, ele aplicou o MIP em 100 hectares, mas pretende expandir essa área no futuro gradativamente, até chegar a 100% dos 750 hectares em que planta milho e soja.



AGRINHO



No dia 30 de outubro, o Concurso Agrinho reuniu, em Curitiba, mais de 1,5 mil alunos, pais e professores de diversas regiões do Estado. O evento é a “coroação” de um ano de trabalho em sala de aula, em que professores e alunos recebem material didático, capacitação e a possibilidade de participarem do concurso como estímulo para

trabalharem temas transversais como saúde, cidadania e meio ambiente, formando cidadãos conscientes. “Nesses 22 anos de existência, o Programa Agrinho tem sido um dos agentes importantes na formação de gerações de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, contribuindo para a paz e o desenvolvimento numa so-

cidade responsável”, disse Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Anualmente o Programa Agrinho movimenta cerca de 80 mil professores e 1 milhão de estudantes em todo o Estado. Os alunos participam do concurso por meio de redações e desenhos, enquanto os professores concorrem com relatos e com as experi-



ências pedagógicas que desenvolveram ao longo do ano. Em 2017 foram recebidos um total de 6.016 trabalhos que passaram por uma triagem e por uma banca examinadora que definiu os vencedores.

■ AGRINHOS SOLOS

A novidade da edição 2017 do Concurso Agrinho foi a criação do programa Agrinho Solos, unindo o

Agrinho ao Programa Integrado de Conservação do Solo e Água do Paraná (Prosolo), com a proposta de trabalhar a consciência das futuras gerações sobre a importância da conservação de solo.

Com o tema “Conservação de solos: sustentabilidade que garante o amanhã”, a participação foi destinada exclusivamente a colégios agrícolas e escolas de ensino fundamental das cidades de Cambará

(Norte Pioneiro), Castro (Campos Gerais), Lapa (Região Metropolitana de Curitiba), Palotina (Oeste), Ponta Grossa (Campos Gerais) e Umuarama (Noroeste).

A iniciativa de trazer ao debate a conservação de solo e água dentro do projeto Agrinho, tem como objetivo sensibilizar os estudantes do ensino fundamental ao programa, enquanto serve de suporte ao produtor rural com ações de trei-



namento e pesquisa.

A primeira fase do Agrinho Solos, que promove essa sinergia com o Prosolo, teve palestras para capacitar professores e alunos de colégios agrícolas para serem disseminadores do tema.

Os colégios agrícolas das cidades de Cambará, Umuarama, Lapa, Palotina, Ponta Grossa e Castro, que participaram da categoria Agrinho Solos, receberam kits compostos por quatro trados, trena de 30 metros, clinômetro, estufa (secagem de solo), GPS de

mão e jogo de peneiras. Além de beneficiar os alunos, os kits poderão ser utilizados pelas comunidades locais.

Outra categoria nova foi Núcleo Regional Agrinho, que teve como vencedores os núcleos de Campo Mourão e Goioerê. Também foram anunciados os vencedores das categorias município em que Moreira Sales, na região Centro-Occidental do Estado, se consagrou bicampeão.

A edição deste ano premiou 314 participantes entre alunos,

professores, diretores, secretários municipais de educação e chefes de núcleo. Os estudantes e professores recebem tablets na etapa regional (rede pública de ensino) e notebooks na etapa estadual (redes pública e particular de ensino).

■ RECONHECIMENTO E PARCERIA

O Agrinho é o maior programa de responsabilidade social do Sistema FAEP/SENAR-PR. Trata-se de uma iniciativa reconhecida inter-



nacionalmente por diversos especialistas em educação, cujo sucesso levou-a a ser replicada em vários Estados brasileiros.

O êxito do programa também é resultado das parcerias com o Governo do Estado, por meio das Secretarias de Educação, da Agricultura, da Justiça, do Meio Ambiente, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), além da Procuradoria Regional do Ministério Público do Trabalho da 9ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Ministério do Trabalho e Emprego (SRTE-PR), Tribunal da Justiça do Estado do Paraná, Ministério Público do Estado, Receita Federal, Banco do Brasil, Itaipu Binacional, Caixa Econômica Federal, DOW Agrociencia.

■ AGRINHO – INTERCÂMBIO COM PORTUGUESES

A Universidade Aberta (UAb) de Portugal e o SENAR-PR discutiram as bases para um convênio formal de colaboração, abrindo novas possibilidades educacionais para os produtores paranaenses e levando o Programa Agrinho para outros países.

O SENAR-PR recebeu, em sua sede, a vice-reitora da universidade portuguesa, Carla Padrel de Oliveira, e a professora Daniela Vieira, para tratarem da parceria que tem por objetivo trabalhar a formação dos professores portugueses para a utilização dos materiais pedagógicos do Agrinho. Segundo Carla, além de Portugal, esta formação deve contemplar futuramente, por meio da UAb, outros países de língua portuguesa, como Angola e Moçambique, onde a agricultura tem grande importância. A UAb é a única instituição de ensino superior público à distância em Portugal e trabalha com 47 países.

Professores de três renomadas universidades de Portugal – Aberta, Coimbra e Porto – também estiveram no SENAR-PR para gravar videoaulas e, também, colaborar na produção dos textos do Agrinho. A metodologia e o material didático da edição de 2018 do Agrinho foram reformulados.

Os professores José Antonio Moreira, da Universidade Aberta (UAb), Sara Dias Trindade, da Universidade de Coimbra e Ariana Cosme, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto passaram por uma imersão sobre o programa.

■ PESQUISA APLICADA EM CONSERVAÇÃO DE SOLO



O SENAR-PR é um dos parceiros do Programa Paranaense de Apoio à Agro-pesquisa e Formação Aplicada em Rede que apoia as atividades de pesquisa e desenvolvimento em redes colaborativas para fortalecer o Prosolo.

Uma das linhas de ação do Prosolo é o fomento à pesquisa aplicada atendendo à necessidade de soluções regionais de novas técnicas e tecnologias para beneficiar a agricultura e a pecuária paranaenses, por meio da elaboração de cursos específicos. Em 2017, foram aprovados 35 projetos de pesquisa em conservação de solos e água, que estão sendo desenvolvidos em sete megaparcelas e 28 subprojetos que terão

como objetivo responder às peculiaridades regionais, como uso de dejetos animais, rotação de culturas e critérios para subsolagem e escarificação.

Eles foram selecionados, no início do ano, numa chamada pública realizada pela Fundação Araucária e a Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), também parceira do Prosolo. Foram disponibilizados R\$ 12 milhões para o desenvolvimento das pesquisas, sendo R\$ 6 milhões do SENAR-PR, R\$ 4 milhões da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) e R\$ 2 milhões da Fundação Araucária.

No dia 10 de outubro, diversos pesquisadores de todas as regiões do Paraná participaram do 1º Seminário da Rede Estadual de Pesquisa em Manejo e Conservação de Solo e Água, no auditório da Seti, em Curitiba. O superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto, explicou que é estratégica a participação da entidade neste processo, uma vez que as pesquisas contempladas na chamada pública irão balizar a construção de novos cursos e a atualização de outros já existentes. “Boa parte das tecnologias empregadas hoje merece revisão”, atesta Malucelli. Os projetos terão quatro anos para serem executados.



AAJ EMBARCA PARA SÃO PAULO

O Programa de Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ) do SENAR-PR chamou a atenção da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp). Em 2017, vice-presidente da Faesp, Tirso de Salles Meirelles, e o superintendente do Senar-SP, Mário Biral, estiveram na usina do grupo Santa Terezinha instalada no município de Paranacity, no Noroeste do Estado, para conhecer detalhes do programa que vem capacitando centenas de jovens desde que foi implantado em 2010. São Paulo é o maior produtor de açúcar e etanol do país e o setor enfrenta dificuldades em conseguir mão de obra qualificada, o que pode ser minimizado com o curso que prepara jovens para trabalharem na avicultura e em usinas de cana-de-açúcar.

"O Sistema FAEP/SENAR-PR estimulou o processo profissional, que hoje é exemplar, com benefícios para o setor e para a sociedade. O AAJ fortalece o processo de capacitação da mecânica industrial que ainda não temos em São Paulo", ressaltou Meirelles. "Parte significativa das indústrias do Estado se depara com o problema de mão de obra. Nossa intenção é propor uma parceria para levar o programa para lá, inclusive com a ida do pessoal do Paraná para ajudar na implantação",

complementa.

O AAJ já capacitou mais de 850 alunos, em 70 turmas espalhadas por todo o Estado, em empresas de cana-de-açúcar, avicultura e outras atividades agrícolas. Em 2017, foram 12 turmas em nove usinas do grupo Santa Terezinha, no total de 148 alunos. Seis unidades já realizam a formatura dos alunos.

Com duração de um ano, os jovens assistem aulas em sala e conhecem o dia a dia na prática. Nesses casos, cada aluno realiza um rodízio em todas as áreas das empresas para identificar a atividade do seu interesse, sem acompanhamento do chamado "padrinho", um funcionário da empresa que serve de mentor.

O programa ainda tem outra peculiaridade. Apesar de ser aberto à comunidade local, muitas vezes, os alunos são filhos de funcionários da empresa, que, posteriormente, passam a ser colegas dos pais. "O vínculo que é criado com os jovens, por eles estarem próximos das tarefas, faz a diferença. Tanto que o aproveitamento dos formados é alto, pois estão identificados com o serviço e com a empresa", destaca Edimar Andrade Miguel, gerente da usina de Paranacity.

GINCANA INTEGRADA ALUNOS DO PROGRAMA AAJ



Em 2015, um grupo de 20 alunos, de uma única turma do programa Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ), deu início a ‘Gincana Mecânica’. No ano seguinte, a iniciativa de instrutores do programa, ganhou folego e dobrou para 40 participantes e, em 2017, saltou para 123 competidores de oito cidades: Cidade Gaúcha, Tapejara, Parancity, Rondon, Umuarama, Goioerê, Ivaté e Terra Rica, a maioria onde há unidades da Usina Santa Terezinha, empresa onde acontecem as capacitações.

Em 2017, foram 12 equipes de 10 participantes cada. Além de um número

maior de participantes, o diferencial da edição deste ano, realizada em Parancity (Noroeste do Paraná), no dia 31 de outubro, foi a integração das turmas. As equipes foram formadas por membros de diferentes unidades, que se organizaram antecipadamente por meio das redes sociais, mas só se conheceram pessoalmente no dia do evento.

Outra novidade deste ano foi a apresentação do projeto físico Jovem em Ação. Os alunos demonstram de forma prática o conhecimento adquirido em sala de aula construindo um equipamento.

Para estimular ainda mais os apren-

des a participar da competição, existem provas com viés mais “recreativo”. No primeiro ano foi boliche, no segundo uma corrida de kart e este ano uma disputa de paintball (batalha que utiliza armas com projéteis de tinta).

O projeto da competição contou com o apoio do SENAR-PR. “Nós fornecemos todo o apoio pedagógico e o acompanhamento necessário para a competição”, explica a pedagoga do SENAR-PR Regiane Hornung. “Vale lembrar que os alunos não são concorrentes entre si, essa é uma prova de integração”, complementa.



JOVEM AGRICULTOR APRENDIZ

Uma das ferramentas mais importantes para trabalhar a continuidade das atividades na propriedade rural é o programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), desenvolvido pelo SENAR-PR, com objetivo de informar sobre as oportunidades profissionais que existem no campo, fortalecendo os laços com a terra, despertando o espírito empreendedor e combatendo o fantasma do êxodo rural.

Em 2017, dez turmas do programa JAA, num total de 178 jovens, de diversos municípios da região do Oeste do Paraná, visitaram o Show Pecuário, em Cascavel, para conhecer as oportunidades nas áreas da bovinocultura de leite, de corte e da ovinocultura.

Para a estudante de Boa Vista da Aparecida (região Oeste) Vanessa Muller, de 18 anos, o programa foi um “divisor de águas” em sua vida. Ela conta que desde os cinco anos de idade acompanha as atividades da propriedade rural da

família. “Não tinha jeito. Minha mãe trabalhava na lavoura e precisava levar as três filhas pequenas junto”, recorda. Diferente das duas irmãs, ela sempre teve convicção de que queria seguir a carreira no campo. “O JAA tirou o medo da gente de arriscar. A instrutora Giane sempre nos ensinou a nunca ter medo de atingir nossos objetivos nem de seguir nossos sonhos”, afirmou.

Ela já começou a implantar melhorias na bovinocultura de leite e fruticultura nos 8,5 hectares da família, por meio da experiência que obteve no JAA e nos cursos do SENAR-PR. “Já coloquei vacas de leite e estamos produzindo silagem. No JAA aprendi a botar a mão na massa. Isso me ajudou a ter confiança”, contou. Na opinião da estudante, muitos jovens da sua geração querem deixar o meio rural por desconhecimento. “O jovem acha que na cidade tem mais oportunidades de emprego, mas eu vejo no

campo muito mais opções.”

■ EXÉRCITO DE APRENDIZES

Desde que foi criado pelo SENAR-PR, em 2005, o programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) já atendeu 35.851 estudantes, em 2.250 turmas. Em 2017, foram 241 turmas em todo Paraná, das quais participaram 4,1 mil jovens.

O programa é dividido em duas etapas. A primeira, com 144 horas de duração, trabalha as competências necessárias para a gestão no agronegócio, como comunicação, liderança, trabalho em equipe, cidadania, entre outro. A segunda etapa tem duração de 80 a 96 horas. Nesta fase, os alunos focam os conhecimentos em uma atividade específica da agropecuária: pecuária leiteira, fruticultura, mecanização e olericultura.

HORTIMAIS



Em 2017, o Programa de Qualificação de Olericultores - HortiMais teve 160 eventos em diversas regiões do Estado, totalizando 1.683 trabalhadores e produtores rurais que concluíram a capacitação.

O programa teve início em 2016, após a elaboração de um diagnóstico da situação da produção de hortaliças na Região Metropolitana de Curitiba.

O HortiMais oferece técnicas que proporcionam a melhoria da produção, resultando em qualidade, sustentabilidade, desenvolvimento de uma olericultura mais profissional e utilização dos recursos de maneira racional, assegurando assim a saúde financeira do negócio, propiciando melhor qualidade de vida ao produtor e seus familiares. São 13 módulos de treinamento realizados por meio de parcerias públicas e privadas: Implantação de Boas Práticas Agrícolas; Caracterização e Conservação de Solos; Nutrição de Plantas; Planejamento da produção; Qualidade da Água, Métodos e Manejo de Irrigação; Pragas e Inimigos Naturais; Identifica-

ção e Controle de Doenças; Controle Biológico de Pragas; Cultivo em Ambiente Protegido + Plasticultura; Cultivo Hidropônico; Cultivo de Mini Tomates em Ambiente protegido; Colheita e pós-colheita e Gestão de Custos.

■ PRÊMIO BRASIL HIDROPONIA

O SENAR-PR conquistou, em 2017, o Prêmio Brasil Hidroponia, promovido pela Revista Hidroponia, na categoria Fornecedor de Serviços de Gestão. Os cursos na área de hidroponia fazem parte do programa Hortimais. Os cursos Cultivo de Morangueiro em Substrato e o Cultivo Hidropônico têm capacitado e difundido as técnicas para alavancar a produção e, ainda, disseminar o sistema pelo Estado.

■ HORTIFRUTI

Em 2017, o projeto de profissionalizar os agricultores do Vale do Iguaçu para atender a demanda reprimida do

mercado local, composto por uma rede de 14 supermercados ganhou forma. A região engloba os municípios de Antônio Olinto, Bituruna, Paulo Frontin, União da Vitória, Cruz Machado, General Carneiro e Porto União, este último em Santa Catarina.

A capacitação dos agentes envolvidos com o processo de produção foi realizada pelo SENAR-PR, por meio de um curso com 25 módulos. Cinco turmas foram formadas em 2017.

Esses profissionais serão responsáveis por selecionar produtores para participar do processo de capacitação. Parte deste processo ainda inclui a criação de um selo "Vale do Iguaçu" e gôndolas exclusivas nos supermercados da região.

O projeto conta com o apoio, além do SENAR-PR, de entidades dos setores público e privado, além das associações empresarias de União da Vitória e Porto União, Emater e Secretaria Estadual de Saúde, responsável pelo levantamento da qualidade de água dos produtores inseridos no processo.

AÇÕES PARA ATENDER A SUINOCULTURA

Na suinocultura, nove cursos foram realizados em diversas regiões do Estado em 2017, num total de 80 produtores capacitados. Ainda, a entidade promoveu o curso 'Donas da Suinocultura' no Centro de Treinamento da cooperativa Lar, no município de Medianeira. Dez mulheres receberam treinamento voltados para recria a terminação dos animais. O curso teve duração de 12 horas.

Também foram realizadas reuniões com cooperativas para planejar o atendimento, por meio de cursos, de associados a partir de 2018. Diante do futuro aumento da demanda, o SENAR-PR lançou edital para credenciar prestadores de serviço (Pessoas Jurídicas)

para os treinamentos no curso 'Trabalhador na suinocultura', com o objetivo de despertar para importância das boas práticas na atividade.

Os técnicos também realizaram reuniões nos municípios de Castro, nos Campos Gerais, e Toledo, no Oeste, para traçar o 'Perfil do trabalhador na suinocultura'. Nas ocasiões, especialistas e profissionais abordaram temas essenciais da atividade e do cotidiano, responsabilidades e prospecções futuras para o SENAR-PR construir novos projetos de capacitação.



AÇÕES PARA ATENDER A AVICULTURA

Na avicultura, 1503 produtores participaram do treinamento 'Operação de controladores de ambiência para aviários', no Centro Tecnológico de Avicultura de Assis Chateaubriand. Os técnicos do SENAR-PR também promoveram a mobilização de integrados e cooperados para os treinamentos: 'Básico em eletricitista' e 'Instalação, operação e manutenção de motores elétricos', também no CTA de Assis Chateaubriand.

No CTA foram promovidas quatro palestras para estudantes com demonstração de atividades previstas no curso 'Operação de Controladores de Ambiência'. Essas palestras são uma resposta efetiva as

demandas das universidades e colégios agrícolas.

O projeto 'Donas da Avicultura', que começou no formato piloto em 2016, ganhou nova turma em 2017 em função do sucesso. Quatro turmas de mulheres, no total de 40, participaram do treinamento focado na operação de controladores de ambiência para aviários, medições de condições térmicas e inspeção de vedação, conteúdo do curso Trabalhador na Avicultura de Corte, no CTA de Assis Chateaubriand.





TURISMO NA ROÇA



Apesar da ausência de dados sobre o número total de estabelecimentos voltados ao turismo rural no Paraná, esta é uma atividade que vem se desenvolvendo ano a ano, impulsionada pelo trabalho de diversas instituições, entre elas o SENAR-PR, que tem em seu catálogo cursos nas áreas de artesanato e culinária, que incrementam esta atividade.

Em 2017, os 30 associados da Associação dos Produtores Rurais, Artesãos e Empreendedores do Turismo da Campina do Taquaral e Região (Acamp) fizeram cursos do SENAR-PR, segundo o presidente da entidade, José Zanchetta.

O SENAR-PR também esteve presente na estruturação do Circuito Rural Taquaral, um dos mais novos roteiros turísticos do Estado, localizado em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba). “Os cursos do SENAR-PR nos ajudaram a utilizar o que já existia nas propriedades, beneficiando nossos produtos para agregar renda”, afirma.

Ele mesmo já fez quatro capacitações. “Depois do curso de turismo rural, queremos fazer o curso de qualidade”, afirma. O objetivo é despertar os produtores para o empreendedorismo

e fortalecer a qualidade dos serviços oferecidos aos turistas.

De acordo com o presidente da Paraná Turismo, Jacó Gimennes se este setor está estruturado hoje “muito se deve ao SENAR-PR”. Ele próprio foi instrutor do SENAR-PR na área de turismo rural por 11 anos, período no qual conheceu os quatro cantos do Paraná e as iniciativas turísticas de cada região. “Dei mais de 300 cursos. Essa experiência me ajudou muito a me tornar presidente da Paraná Turismo”, avalia.

■ TURISMO COMO PROFISSÃO NO CAMPO

No catálogo de cursos do SENAR-PR, a Formação Profissional em Trabalhador em Turismo Rural tem grande procura. Nos últimos cinco anos foram realizados 225 cursos nesta área que capacitaram 2.588 participantes. Dividido em nove grupos temáticos (Acolhida no Meio Rural; Artesanato como Recurso Turístico; Comandando e Organizando a Cozinha Rural; Planejando e Implantando Pousadas Rurais; Planejando e Implantando Restaurantes Rurais; Roteiros, Trilhas e Caminhadas Ecoló-



gicas; Segredos da Boa Culinária Rural; Serviços de Restaurantes Rurais; e Turismo Rural e Oportunidades de Negócios) os cursos podem ser encadeados em um programa que capacita os participantes a atuar em todas as etapas do turismo rural.

■ O CAMINHO DAS UVAS

O SENAR-PR iniciou em 2017 o projeto “Produção de uvas rústicas para produção de sucos e vinhos”, que envolve uma sequência de treinamentos com o objetivo de estruturar o processo produtivo, desde o preparo da terra até a fabricação das bebidas para produtores de uva de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

A produção de vinhos é uma importante fonte de renda ao município. A necessidade de informações corretas para o manejo dos parreirais foi identificada pelo Sindicato Rural do município, que demandou ao SENAR-PR a capacitação a fim de retomar a produção de uvas e vinhos com segurança e produtividade. Foi estruturado então um produto sob demanda, de

modo a responder à necessidade pontual dos viticultores são-joseenses.

“Esse tipo de atendimento personalizado vem sendo feito cada vez com maior ênfase, para que possamos ficar mais próximos da necessidade do produtor rural”, explica o gerente técnico do SENAR-PR, Eduardo Gomes de Oliveira. Segundo ele, a partir do momento em que surge uma demanda para um treinamento que não conste no catálogo do SENAR-PR, é possível estruturar um produto para atender aquela situação específica. No caso da uva de São José dos Pinhais foram estruturados sete módulos com diferentes instrutores. O objetivo é alinhar as datas dos treinamentos às etapas da cultura. Dessa forma os primeiros módulos tratam das fases iniciais do cultivo e vão evoluindo até a colheita das uvas e o processo de vinificação.

Dentre os participantes estão produtores que estão iniciando na atividade e implantando os parreirais, e outros já veteranos, que desejam mais informação técnica para se manter na atividade. Ao todo a atividade foi planejada para atender 20 pessoas.



ALÉM DAS FRONTEIRAS



O curso de Gestão de Pessoas e Métodos Operacionais, criado pelo SENAR-PR em parceria com a FAE Business School, por uma demanda da BRF, ultrapassou os limites do Paraná. Desde 2016, as regionais do SENAR de Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso adotaram a capacitação.

“Compartilhamos o conhecimento que acumulamos com essas instituições, sendo que uma instrutora foi aos locais para ensinar a metodologia e o

conteúdo”, explicou Regiane Hornung, pedagoga do SENAR-PR. “Santa Catarina adotou o pacote na íntegra. Minas e Mato Grosso fizeram adaptações para a realidade local”, complementa.

O curso aborda, entre outros aspectos, liderança, gestão de conflitos, rotina de trabalho e planejamento. Em Minas, a turma piloto, realizada em Uberlândia, encerrou as atividades com a formação dos primeiros proprietários das granjas integradas da BRF. A versão

mineira ganhou o nome de Gestores Rurais. São cinco módulos de 16 horas cada, totalizando 80 horas. Durante as aulas são abordadas questões como a gestão de pessoas, seleção, contratação, demissão e gestão de processos de negócios. “O pessoal pôde entender melhor sobre recrutamento, seleção, treinamento e contratação, transformando isso na prática”, apontou o instrutor Walmes Batista Mendonça, do SENAR-MG.

■ GESTÃO DE PESSOAS

O curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – Gestão de Pessoas – Métodos Operacionais tem provocado grandes transformações na empresa Pluma Agroavícola, no Sudoeste do Paraná. Cerca de 130 dos mil funcionários da unidade de Dois Vizinhos foram capacitados, rendendo boas mudanças dentro da organização.

As atividades da empresa são diversificadas, com atuação em toda a cadeia, da produção de ovos férteis e pintainhos até matrizes recriadas e também na fabricação da ração. Dessa forma, muitos funcionários que começaram em funções operacionais crescem dentro da organi-

zação e se tornam líderes. “Nós temos, por exemplo, os monitores de granja, que são aqueles que trabalham diretamente no setor produtivo e, anteriormente, exerciam cargos operacionais. Em alguns casos, o profissional não está preparado para lidar com algumas situações que envolvem pessoas e como se comportar nesses momentos”, explica Edinéia Borges, coordenadora de talentos humanos da Pluma Agroavícola.

A diferença em relação ao perfil de gestão na base da empresa, avalia Edinéia, é notável desde o início da capacitação. “Quando se tem experiência de como funciona a prática, o potencial para se tornar um bom gestor é grande. O que acontece é que, às vezes, temos um ótimo auxiliar de

produção, mas que precisa melhorar na habilidade de gestão, e o curso traz um conhecimento que possibilita esse despertar. A mudança é nítida na postura dos participantes do curso”, afirma a coordenadora.

Mayara Cristina Machuca, analista de qualidade, que participou de uma das turmas. Para ela, a formação tem proporcionado autoconhecimento e desenvolvimento profissional. “Cada fase do curso é um aprendizado novo, como as ferramentas existem para melhorar os processos de gestão e como podem ser trabalhadas em situações do cotidiano. O material didático de fácil acesso e compreensão também é um suporte completo para tirar dúvidas que possam surgir futuramente”, enfatiza.

CAFÉS ESPECIAIS

Durante a 10ª edição da Feira Internacional de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (Ficafé), em Jacarezinho, em outubro de 2017, o SENAR-PR realizou uma oficina de Torra de Cafés Especiais, além de realizar o atendimento e suporte a produtores rurais em um estande preparado especialmente para o evento. “Foram seis oficinas de torra durante a feira, cada uma delas tinha três horas de duração, com 12 participantes por turma. Cerca de 60% dos participantes eram produtores e o restante do público foi formado por pesquisadores, técnicos, torrefadores e pessoal do comércio de café. Tivemos explicações desde a parte teórica, da qualidade do café, até práticas de torra, visualização e prova na xícara”, conta o supervisor do SENAR-PR na região, Arthur Piazza

Pergamini. A Ficafé reuniu produtores, compradores e especialistas no produto.



QUALIDADE DO LEITE

O Sistema FAEP/SENAR-PR participou do VII Congresso Brasileiro de Qualidade do Leite, em Curitiba, em setembro de 2017, que reuniu mais de 400 pessoas, vindas dos Estados produtores de lácteos mais importantes do Brasil.

A programação contou com pesquisadores renomados do Brasil e de mais três países: Canadá, Estados Unidos e Irlanda. Durante o evento, foram apresentados 130 trabalhos inéditos sobre qualidade do leite, como os resultados das pesquisas mais recentes sobre o tema. Participaram estudantes das principais universidades públicas e privadas do país. O evento foi promovido pelo Conselho Brasileiro de Qualidade do Leite (CBQL). O superintendente do Sistema SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto, participou do Congresso e lembrou que o Sistema sempre teve um papel ativo no desenvolvimento que o

setor vem apresentando nos últimos anos no Estado. “Nós apoiamos esse congresso porque nosso dever é acompanhar, avaliar criticamente, aprender, compor esse conhecimento para dentro da casa e buscar levar isso ao nosso produtor, ao nosso trabalhador, na cadeia leite do Paraná”, explica.





O SENAR-PR e a Emater uniram forças para capacitar os novos extensionistas aprovados em concurso e contratados pela empresa estatal em 2016. Segundo o coordenador estadual de métodos de extensão da Emater, Roberto Carlos Guimarães, o curso é de integração funcional, que serve para introduzir os novos colaboradores em suas funções e balizar os conhecimentos, já que são contratadas pessoas com formação em diversas áreas, como engenheiros agrônomos, veterinários, zootecnistas, assistentes sociais, economistas domésticos, entre outros. “Não existe uma formação específica para lidar com o nosso público”, afirma.

A Capacitação Inicial de Novos Extensionistas (Cine) é uma prática da Emater. No novo formato mudou a metodologia e o prazo. “Fazer com as metodologias tradicionais não seria o mais adequado, então planejamos metodologias diferentes junto com o SENAR-PR”, diz Guimarães.

Segundo o superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto: “Essa relação do SENAR-PR com a Emater é relevante para que tenhamos uma extensão rural conectada. Isso qualifica a ação das duas instituições e também o resultado que chega ao produtor rural”, avalia.

A capacitação teve 230 horas divididas entre setembro de 2016 e novembro de 2017 e envolveu 143 participantes. Dentre as novidades está a aprendizagem baseada em problemas. “A gente prepara um problema real para o participante, que ele irá se deparar na prática no dia a dia. O diagnóstico é feito em um grupo de oito pessoas que terão 15 dias para se preparar e trazer a solução do problema”, explica Guimarães.

Outras inovações envolvem cinco oficinas com instrutores, das quais o SENAR-PR participou integralmente. O curso também é oferecido na modalidade Educação à Distância (EaD) pela escola de gestão do Governo do Estado. No processo de “Mentoring” (termo inglês para tutoria), cada participante tem um extensionista com experiência para conversar e dirimir dúvidas sobre a realidade da extensão rural.

Para o engenheiro de Segurança do Trabalho Guilherme Figueiredo, um dos integrantes da nova turma de extensionistas, a capacitação valeu a pena. “Foi bem interessante para a gente ser introduzido numa cultura que já existe há muito tempo e que tem vários processos e várias áreas de atuação. Vimos muitas coisas novas. Isso certamente vai acrescentar no nosso trabalho”, avaliou.



ALERTA SOBRE ADEQUAÇÕES EM AVIÁRIOS



O SENAR-PR promoveu em Rolândia, no Norte do Paraná, uma rodada de palestras sobre Instruções Normativas (IN) relacionadas à biossegurança na avicultura em 2017. O objetivo foi sensibilizar os produtores quanto a necessidade de atender às exigências da IN 59 e da IN 20, em vigor em todo o território nacional.

A IN 59 trata de condutas que precisam ser atendidas na rotina, estrutura de edificações e entorno das granjas. Os criadouros de aves construídos depois de 2009 já foram concebidos atendendo aos padrões exigidos pela legislação.

Já a IN 20 é mais recente (2016) e estabelece regras mais rígidas para o controle de salmonela. Por ser uma questão de saúde pública, envolve uma preocupação especial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), principalmente em relação às exportações.

O conteúdo foi formulado pelo SENAR-PR para atender, inicialmente, a uma demanda da empresa Frangos Granjeiro, que atua há 24 anos na região de Rolândia, abate cerca de 140 mil aves por dia e conta com cerca de 250 produtores integrados.



QUALIFICAÇÃO BOVINOCULTURA DE CORTE



O SENAR-PR concluiu em 2017, a capacitação de duas turmas, das quatro em andamento, do Programa de Qualificação de Técnicos em Bovinocultura de Corte. Foram 40 projetos entregues, que foram analisados por uma banca composta por integrantes do Comitê Gestor Central do Programa Pecuária Moderna, por representantes do Comitê Regional no qual o treinamento foi realizado e por técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR.

O treinamento é composto por 10 módulos de 16 horas, os encontros abordaram os aspectos inerentes à produção, manejo, gestão e comercialização de bovinos de corte com maior valor agregado.

Os participantes, profissionais das ciências agrárias que atuam com assistência técnica em pecuária de corte no Paraná, elaboraram projetos para propriedades cadastradas no Programa, realizando o diagnóstico situacional das propriedades

pecuárias, elencando suas potencialidades, pontos críticos e realizando recomendações para o incremento da produção.

Para a implantação dos projetos foram consideradas as qualidades dos pecuaristas, avaliando as propriedades e capacidade de investimento dos produtores, criando cenários para seu desenvolvimento e os que poderiam influenciar na implantação e estratégias para enfrentá-los.

■ PROGRAMA

O Programa de Qualificação de Técnicos em Bovinocultura de Corte nasceu em 2016 para atender uma demanda do Programa Pecuária Moderna. Foram escolhidas regiões estratégicas do Estado: Santo Antônio da Platina, Cascavel Iporã e Ponta Grossa. Foram 101 profissionais da assistência técnica oficial ou privada.

GESTÃO QUE OTIMIZA RESULTADOS



Aumento de 13% do índice de eficiência na gestão da operação da frota de sete pás carregadeiras e queda do índice de infestação de 5,2% no controle da broca. São dois exemplos de resultados que ocorreram em unidades das usinas do grupo Santa Terezinha instaladas nos municípios de Cidade Gaúcha e Terra Rica, no Noroeste do Paraná.

São frutos de três anos de trabalho do Programa Gestão Operacional Cana-de-Açúcar, desenvolvido pelo SENAR-PR para atender o setor sucroalcooleiro estadual e, de uma forma mais específica, capacitar colaboradores das empresas em cargos de lideranças. São mudanças comportamental e estratégicas que refletiram nos processos de produção.

“O corpo funcional é um desafio para qualquer empresa. E precisa ser aperfeiçoado constantemente. Esse curso do SENAR-PR busca isso, transformar a mão de obra já existente dentro das empresas em gestores, para que possam otimizar os processos em todos os níveis e departamentos”, destaca Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR. “O programa atende a expectativa dos clientes, a partir de um diagnóstico in loco. A troca de experiência ao longo dos três anos fez com que os ganhos fossem maiores

e mais rápidos”, complementa Eduardo Gomes, gerente técnico do SENAR-PR.

Na unidade de Terra Rica, o programa proporcionou o nivelamento técnico e de gestão dos funcionários. Mais, a capacitação permitiu a melhora no relacionamento entre as áreas agrícola e industrial por meio do amadurecimento e crescimento profissional. “O programa uniformizou a linguagem dos gerentes e supervisores com os chefes, encarregados e líderes. O resultado foi redução do custo e aumento de produtividade”, resalta Wilson José Meneguetti, diretor executivo da indústria.

Na unidade de Cidade Gaúcha, os resultados positivos também podem ser mensurados. O diretor da unidade, Francisco Meneguetti, explica que “81% das lideranças têm origem na base e precisavam de capacitação. As ferramentas criadas pelo curso permitiram a melhora dos processos”.

Os resultados registrados em Terra Rica e Cidade Gaúcha despertaram o interesse de outras unidades do grupo Santa Terezinha. Desde julho de 2016, o SENAR-PR estendeu o Programa Gestão Operacional Cana-de-Açúcar para 140 profissionais das usinas de Tapejara, Ivaté e Rondon. A previsão é de que a capacitação seja concluída em 2019.

EMPREENDEDORISMO



A cara de “piá”, o jeito simples e a pouca idade, apenas 22 anos, escondem, num primeiro momento, os ambiciosos projetos do produtor Ady José Lima, de União da Vitória, no Sul do Estado. Na propriedade de 21 hectares, que atualmente reúne grãos, hortaliças, galinhas de postura e erva-mate, outras atividades como piscicultura, ovinocultura, floricultura e pecuária de corte estão programadas para ocupar as áreas que hoje não são utilizadas.

O impulso para os novos projetos, todos já engatilhados, partiu dos cursos Empreendedor Rural e Negócio Certo Rural, promovidos pelo SENAR-PR. Os

conhecimentos adquiridos ao longo das aulas fizeram com que Lima apostasse na diversificação dos negócios na propriedade. “Na sequência, como gostava de administração, fiz o Negócio Certo Rural, que abriu ainda mais minha cabeça para os negócios”, relembra o produtor. “Com certeza, sem os cursos eu não estaria onde estou. Os dois abrem o horizonte do produtor. Todo o jovem ligado com o campo deveria fazer”, recomenda.

O projeto em estágio mais avançado de implantação é a produção de tilápias. Hoje, a propriedade conta com cinco tanques, mas apenas um está

em uso, de onde saíram 1,2 mil peixes vivos para o comércio na região. Além disso, já está programada a construção de mais 10 tanques escavados, de 500 metros quadrados cada, e, possivelmente, um abatedouro. A meta é alcançar a produção de 11 mil quilos de peixe vivo.

Os projetos futuros incluem ovinos para evitar roçadas nas taipas dos tanques, aumento do plantel de galinhas de postura de 70 para 250, ampliação das áreas de hortaliças, morango e erva-mate, miniconfinamento de gado de corte e uma estufa para o cultivo de flores. “Todos os projetos já estão prontos no



papel. A ideia é tudo estar funcionando até 2020”, diz o produtor.

■ CURSOS MELHORARAM PRODUÇÃO EM ASSAÍ

O casal de produtores rurais Jacinto Iwata e Helena Satie Nakashima vem apostando no cultivo de frutas e olerícolas na sua propriedade em Assaí (Norte do Estado). Nos arredores das lavouras de milho, eles cultivam goiaba, uva, alface, rúcula e criam frango caipira numa área de 12 hectares. De olho no Mercado e com foco no aumento da produtividade e rentabilidade, Jacinto, aos 67 anos fez mais de 20 cursos do SENAR-PR, entre eles, o Programa Empreendedor Rural (PER) e de Olericultura.

“Graças à capacitação conseguimos aumentar a nossa produtividade e reduzir os custos com mão de obra em 30%. Temos sempre que buscar e reciclar conhecimento para não ficar fora do mercado”, avalia o produtor.

Hoje, o carro-chefe de vendas do casal é a uva de mesa da variedade Rubi, com uma produção de 15 mil quilos na safra passada. Entre um curso e outro do SENAR-PR, os produtores frequentaram juntos as aulas do PER. Ao longo do curso, realizaram um projeto para expandir a produção de frango caipira e construir uma cozinha industrial para o abate, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária. “Já construímos o galinheiro e só não implantamos a cozinha porque o banco ainda não liberou o nosso financiamento”, afirma Jacinto.

■ VENCEDORES DO PER NA ARGENTINA

Os três primeiros colocados do Programa Empreendedor Rural (PER) de 2016, Gustavo Freyhardt, de Porto Vitória (Sudeste), Hezion Eduardo Naiverth, de Paula Freitas (Sudeste), e Carolina Porto, de Maringá (Noroeste) estiveram na Argentina, em maio de 2017, para conhecer o sistema produtivo daquele

país, com direito a visitas a propriedades rurais e agroindústrias. A viagem é a premiação aos melhores projetos de empreendedorismo na agropecuária paranaense.

O roteiro teve como primeiro destino Buenos Aires, onde assistiram às apresentações da cooperativa AFA (Agricultores Federados Argentinos) e do Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social do Ministério de Desenvolvimento Social da Nação Argentina.

Eles também conheceram o Mercado Central, onde é feita comercialização de olerícolas direto dos agricultores e puderam aprender mais sobre a famosa carne bovina argentina e a preocupação dos nossos vizinhos com a qualidade deste produto.

Em Mendoza, conhecida pela produção de uvas, azeitonas e vinhos visitaram vinícolas, parreirais e plantações frutíferas. Os sistemas de irrigação que tornam a região desértica altamente produtiva chamaram a atenção dos visitantes.



SEMEANDO O FUTURO

Em seus 15 anos de existência, o Programa Empreendedor Rural (PER) se consolidou como uma ferramenta importante na formação de gestores da propriedade rural. O PER estimula as habilidades do produtor e desenvolve as competências empreendedoras para atuação em atividades econômicas, políticas e sociais sustentáveis. A partir disso, ele pode administrar melhor a sua propriedade obtendo melhores resultados. Já concluíram o programa cerca de 29 mil pessoas.

Ao longo do ano, os participantes elaboram projetos apoiados nos conhecimentos adquiridos durante os 17 encontros do curso. A elaboração do projeto norteia o participante para me-

lhor administrar sua empresa rural, implantando uma nova atividade, ampliando as atividades já existentes, garantindo uma maior rentabilidade e sustentabilidade e, assim, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Em 2017 foram 1,1 mil participantes do PER, divididos em 59 turmas, espalhadas por todas as regiões do Estado. A Comissão Julgadora selecionou 10 projetos que foram classificados para a etapa estadual. São considerados pela comissão julgadora o planejamento estratégico que tem diversos requisitos como estudo de mercado, dos canais de comercialização, diversificação dos produtos agrícolas, fazendo a gestão de risco.



PREMIAÇÃO

Este ano, durante o Encontro de Empreendedores e Líderes Rurais, realizado no dia 1º de dezembro, no Expotrade Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, foram anunciados para uma plateia de 5 mil produtores, empreendedores rurais, presidentes de sindicatos, lideranças do setor e autoridades vindas de todas as regiões do Paraná, os três melhores projetos desenvolvidos durante o ano, entre os 10 que participaram da Seleção Estadual.

O casal Arlindo e Chiara Moraes, de Nova Aurora, no Oeste do Paraná foi o escolhido entre 102 projetos analisados pela banca do PER. O projeto deles é de ampliar o plantel de suínos no Sítio Nossa Senhora de Fátima, para fornecer matéria-prima para Frimesa, que está construindo o maior frigorífico de abate de suíno da América Latina, em Assis Chateaubriand (região Oeste).

“O curso traz novos conhecimentos e fatores da atualidade, permitiu aprender a inovar. Foi ótimo, mas com o prêmio fica melhor ainda”, diz Arlindo, que soube do PER pelo Sindicato Rural local. O casal ganhou como prêmio uma viagem internacional.

Durante a viagem eles terão a companhia de outro casal, João Paulo Dias e Flávia Coral, de Engenheiro Beltrão, que garantiram a segunda colocação com o projeto de aumentar a renda da propriedade, em até 20%, com a implantação da sericultura.

O jovem Gabriel Eduardo Nielsen, autor do projeto “Construção de um Compost Barn visando bem-estar animal e produção de adubo orgânico”, conquistou o terceiro lugar, com um projeto direcionado à atividade leiteira. O PER é realizado pelo SENAR-PR, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PR) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep). São 17 módulos que totalizam 160 horas de capacitação



■ CELEBRAÇÃO

O evento de premiação é uma grande festa, bastante prestigiada por autoridades e sempre com atrações diferenciadas. A cada ano o Sistema FAEP/SENAR-PR busca a superação. Na edição de 2017, o comentarista Ricardo Boechat da rádio BandNews FM, o editor-chefe em Brasília da Band, Rodrigo Orengo e o âncora do Band Cidade, mediados pelo jornalista José Wille, participaram de um painel debatendo os principais temas da política nacional e respondendo perguntas da plateia.

O evento também teve a participação do primeiro solo feminino de músicas no estilo sertanejo do Paraná, Michelle Reich.

■ EaD

Os produtores e trabalhadores rurais que participaram do PER podem se especializar no tema por meio do Empreendedor à Distância, via internet. O curso é voltado para o Planejamento Estratégico. São 40 horas, divididas em quatro horas presenciais e o restante em nove semanas

■ PELO BRASIL

O Programa nascido no Paraná, despertou o interesse de outros Estados brasileiros. Ao todo 23 Estados já importaram o PER.



■ OLIMPÍADA RURAL

Um dos destaques do Encontro de Empreendedores e Líderes Rurais é a etapa presencial da Olimpíada Rural de Matemática e Português. A proposta nasceu com o objetivo de estimular jovens e adolescentes a desenvolverem o hábito de estudar de uma forma diferente e aprofundarem seus conhecimentos.

Neste ano, foram 1.468 inscrições de alunos de todas as regiões do Estado, sendo 783 de matemática e 685 de português. Os participantes são todos alunos dos programas Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) e Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ). Dentro das formações eles fazem um curso de 54 horas. Os alunos podem escolher entre cursar matemática ou português – há possibilidade de fazer as duas disciplinas.

Depois de diversas atividades ao longo do ano, que são aplicadas no formato de Educação à Distância (EaD), foram classificados 100 alunos, os 50 melhores alunos da modalidade Matemática e os 50 melhores alunos da modalidade Português.

Os 100 estiveram em Curitiba para a realização das provas presenciais e receberam uma medalha em formato de pendrive.

Os três melhores desempenhos de cada disciplina e seus instrutores foram premiados com um tablet cada um.







NÚMEROS 2017



PARANÁ

FPR

FORMAÇÃO
PROFISSIONAL
RURAL

10 CURSOS MAIS
DEMANDADOS



2.843
EVENTOS



35.069
PARTICIPANTES



108.798
HORAS

Classificação	Ocupação	Eventos	%	Participantes	%	Carga Horária	%
1	Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos	492	10%	5.691	6%	10.544	7%
2	Trabalhador na Segurança no Trabalho	490	10%	5.165	5%	7.796	5%
3	Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola)	392	8%	3.737	4%	11.240	7%
4	Trabalhador na Bovinocultura de Leite	267	5%	3.679	4%	6.606	4%
5	JAA - Jovem Agricultor Aprendiz	249	5%	4.819	5%	31.216	19%
6	Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris	237	5%	4.427	4%	14.334	9%
7	Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motosserra	211	4%	1.051	1%	8.032	5%
8	Programa de Educação a Distância - EAD	193	4%	2.958	3%	8.026	5%
9	Trabalhadores agrícolas na olericultura	161	3%	2.106	2%	6.372	4%
10	Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes	151	3%	1.436	1%	4.632	3%
TOTAL		2.843	55%	35.069	35%	108.798	68%

PS

PROMOÇÃO SOCIAL

10 ATIVIDADES MAIS DEMANDADAS



1.350
EVENTOS



23.155
PARTICIPANTES



33.836
HORAS

Classificação	Atividades	Eventos	%	Participantes	%	Carga Horária	%
	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	745	46,2%	9.628	35,5%	11.920	30,0%
1	Conservação de frutas e hortaliças	243	15,1%	3.065	11,3%	3.888	9,8%
2	Panificação	205	12,7%	2.759	10,2%	3.280	8,2%
3	Beneficiamento e transformação caseira de mandioca	134	8,3%	1.725	6,4%	2.144	5,4%
4	Derivados de leite	88	5,5%	1.132	4,2%	1.408	3,5%
5	Beneficiamento e transformação caseira de cereais	75	4,6%	947	3,5%	1.200	3,0%
	ARTESANATO						
6	Artesanato em palha de milho	46	2,9%	545	2,0%	952	2,4%
	QUALIDADE DE VIDA						
7	Programa de Inclusão Digital	207	12,8%	2.251	8,3%	8.184	20,6%
	PROGRAMAS ESPECIAIS - PS	352	21,8%	10.731	39,5%	12.780	32,1%
8	Formação de Multiplicadores Agrinho - EAD	185	11,5%	5.958	21,9%	7.400	18,6%
9	Formação de Multiplicadores Agrinho - Presencial	105	6,5%	3.472	12,8%	420	1,1%
10	Mulher Atual	62	3,8%	1.301	4,8%	4.960	12,5%
TOTAL		1.350	83,7%	23.155	85,3%	33.836	85,1%

LINHAS DE AÇÃO

	Eventos	Participantes	Carga Horária
AGRICULTURA	645	8.496	15.685
Grandes Culturas Anuais	161	2.356	3.416
Grandes Culturas Semiperenes e Perenes	119	1.392	2.048
Olericultura	163	2.233	6.388
Fruticultura	143	1.801	2.569
Floricultura e Plantas Ornamentais	0	0	-
Plantas Medicinais e Especiarias	0	0	-
Produção Orgânica	59	714	1.264
PECUÁRIA	576	7.778	14.714
Pecuária de Grande Porte	392	5.445	10.470
Pecuária de Médio Porte	49	572	772
Pecuária de Pequeno Porte	135	1.761	3.472
SILVICULTURA	126	1.645	1.424
Florestamento e Reflorestamento	126	1.645	1.424
AQUÍCULTURA	72	929	1.152
Criação de Animais Aquáticos	72	929	1.152
AGROINDÚSTRIA	0	0	-
Benef.Transf.Prim.Prods.Orig.Agrossilvipastoril	0	0	-
ATIVIDADES DE APOIO AGROSSILVIPASTORIL	3.181	74.094	83.339
Administração Rural	1.523	56.977	36.831
Mecanização Agrícola	1.658	17.117	46.508
ATIVIDADES RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	294	3.320	7.192
Classif.Armazen,Preserv.Prod.Orig.Agrossilvipastoril	169	1.984	3.008
Construções Rurais	24	281	912
Montagem e Reparo de Máquinas Agrícolas e Motores	39	411	1.560
Prest.Serv.Áreas Saúde, Vest.Art.Domést.,Agrop.e Extrativ.	29	224	928
Turismo Rural	33	420	784
APRENDIZAGEM RURAL	261	4.999	36.896
TOTAL GERAL	5.155	101.261	160.402

NÚMEROS

1993 - 2017

Formação Profissional Rural

134.967

EVENTOS

2.685.006

PARTICIPANTES

3.354.582

HORAS

Promoção Social

27.084

EVENTOS

510.522

PARTICIPANTES

765.427

HORAS

Recursos Humanos

3.881

EVENTOS

106.125

PARTICIPANTES

48.039

HORAS

SISTEMA FAEP



FAEP
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE | <input type="checkbox"/> RECUSADO |
| <input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE | <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO |
| <input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO | <input type="checkbox"/> CAIXA POSTAL CANCELADA |
| <input type="checkbox"/> ÁREA SEM DISTRIBUIÇÃO | <input type="checkbox"/> AUSENTE |
| <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO | <input type="checkbox"/> FALECIDO |
| | <input type="checkbox"/> OUTROS |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL
EM ___/___/___

RÚBRICA: _____ MATRÍCULA: _____